



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CHRISTIANNY KELLY SILVA DOS SANTOS

**PARADIPLOMACIA: ATUAÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO NA REDE
MERCOCIDADES**

**JOÃO PESSOA
2017**

CHRISTIANNY KELLY SILVA DOS SANTOS

**PARADIPLOMACIA: ATUAÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO NA REDE
MERCOCIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite.

**JOÃO PESSOA
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do Trabalho de Conclusão de Curso.

S237p Santos, Christianny Kelly Silva dos.
Paradiplomacia: atuação do nordeste brasileiro na Rede Mercocidades [manuscrito] / Christianny Kelly Silva dos Santos. - 2017
56 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.
"Orientação : Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Paradiplomacia. 2. Rede mercocidades. 3. Nordeste brasileiro.

21. ed. CDD 337

CHRISTIANNY KELLY SILVA DOS SANTOS

PARADIPLOMACIA: ATUAÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO NA REDE MERCOCIDADES

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais
da Universidade Estadual da Paraíba.

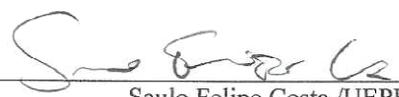
Aprovado(a) em 13 / novembro / 2017.



Alexandre César Cunha Leite /UEPB
Orientador(a)



Fábio Rodrigo Ferreira Nobre /UEPB
Examinador(a)



Saulo Felipe Costa /UEPB
Examinador(a)

Aos meus pais e à Júlio César Cabrera Medina,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Deus, que me permitiu chegar até aqui e me deu força e discernimento para encarar as adversidades que surgiram neste percurso.

Aos meus pais José e Graça, que fizeram o possível e impossível para que eu pudesse ter acesso às oportunidades que não tiveram. A vocês devo tudo. Obrigada pelo apoio, amor, compreensão e confiança.

Ao meu professor e orientador Alexandre Leite por ter me acolhido e confiado, e por suas críticas, observações e incentivos indispensáveis à construção deste trabalho.

À Júlio César Cabrera Medina, quem primeiro aceitou o desafio de me orientar e que partiu, a meu ver, cedo demais.

Aos professores Fábio Nobre e Saulo Costa, por aceitarem o convite para participar da minha banca.

À todas as amigas que fiz na UEPB, especialmente minhas companheiras de sempre Aline Mota, Livia Braga, Ana Cláudia Martins, Magna Celi, Camila Mariane, Suzete, Luiza; e aos amigos do El Cafófo.

Às amigas que se mantiveram perto apesar da distância física, em especial, Rayanne Azevedo, Larissa Correia, Wanessa Rocha e Larissa Monteiro.

Ao professor José Tavares, por ter pacientemente ter me ensinado Estatística após o fim do horário de cada aula para que eu pudesse me recuperar na disciplina.

À Jeane Freitas, Luiza Rosa, Neila Coelho, Paulo Kuhlman, Wemblemley Lucena e aos demais professores da graduação que contribuíram para minha formação ao longo desses quatro anos, por me ensinarem tanto e mudarem minha forma de enxergar o mundo.

À Sandra, Niedja e demais funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento solícito quando me foi necessário.

À Dedé e demais funcionários da Xerox.

Aos que aqui foram citados e àqueles que posso ter esquecido de citar, mas que estiveram junto comigo e estão em meu coração, meu muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho pretende explorar perspectivas teórico-conceituais acerca da Paradiplomacia e de Redes Internacionais de Cidades como um de seus instrumentos, com ênfase na Rede Mercocidades e nos atores do Nordeste brasileiro que dela participam. O objetivo deste trabalho é avaliar se a Paradiplomacia, utilizando como instrumento a Rede Mercocidades, foi capaz de potencializar o desenvolvimento de seus atores do nordeste brasileiro. Para tanto, a metodologia documental e bibliográfica com enfoque qualitativo assume uma abordagem exploratória para proporcionar um diálogo entre os conceitos relacionados à Paradiplomacia e Redes Internacionais de Cidades e quanto às origens e particularidades da Rede Mercocidades e durante a análise da atuação das cidades de Camaçari, Salvador, Vitória da Conquista, Fortaleza, Recife, Jaboatão dos Guararapes e Mossoró na Rede Mercocidades. A metodologia comparativa é utilizada para relacionar estas informações com dados dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipais (IDH-M) destas cidades, sendo empregados, para fins de comprovação, instrumentais quantitativo-descritivos. Ao fim, o trabalho infere a não relação entre o aumento do IDH-M das cidades do nordeste brasileiro e a Paradiplomacia por elas praticada, instrumentalizada na inserção na Rede Mercocidades.

Palavras-Chave: Paradiplomacia. Rede Mercocidades. Nordeste Brasileiro.

RESUMÉ

Cette étude vise à explorer les perspectives théoriques et conceptuelles sur la Paradiplomatie et les Réseaux Internationaux des Villes comme l'un de ses instruments, en mettant l'accent sur le réseau Mercovilles et les acteurs du Nord-est brésilien qui y participent. L'objectif de cette étude est d'évaluer si la Paradiplomatie en utilisant comme outil le réseau Mercovilles a été en mesure d'améliorer le développement de ses acteurs dans le Nord-est du Brésil. Par conséquent, la méthodologie documentaire et bibliographique avec l'approche qualitative adopte une approche exploratoire pour fournir un dialogue entre les concepts liés à Paradiplomatie et les Réseaux Internationaux des Villes, sur les origines et les caractéristiques du réseau Mercovilles et lors de l'analyse de la performance des villes de Camaçari, Salvador, Vitória da Conquista, Fortaleza, Recife, Jaboatão dos Guararapes et Mossoró dans le réseau Mercovilles. La méthode comparative est utilisée pour établir une corrélation entre ces informations avec les données de l'Indice de Développement Humain Municipal (IDH- M) de ces villes, et des instruments quantitatifs-descriptifs sont utilisés à des fins de vérification. À la fin, l'étude infère la non relation entre l'augmentation de l'IDH-M des villes du Nord-Est brésilien et la Paradiplomatie qu'ils pratiquaient, instrumentée dans l'insertion dans le Réseau Mercovilles.

Mots-Clés: Paradiplomatie. Réseau Mercovilles. Nord-est brésilien.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CMC	Conselho Mercado Comum
FCCR	Foro Consultivo de Cidades e Regiões
GMC	Grupo Mercado Comum
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
REMI	Reunião Especializada de Municípios e Intendências
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UT	Unidade Temática

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 PARADIPLOMACIA.....	13
1.1 PARADIPLOMACIA: APORTES CONCEITUAIS E IMPORTÂNCIA.....	13
1.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DA PARADIPLOMACIA.....	18
2 REDE MERCOCIDADES: INSTRUMENTO DA PARADIPLOMACIA.....	22
2.1 IMPULSOS INICIAIS.....	22
2.2 A REDE MERCOCIDADES.....	25
2.2.1 A Reunião Especializada de Municípios e Intendências (REMI) e o Foro Consultivo de Cidades e Regiões (FCCR).....	28
2.2.2 As Unidades Temáticas.....	29
2.3 A RELEVÂNCIA DA REDE MERCOCIDADES COMO INSTRUMENTO DA PARADIPLOMACIA.....	30
3 O NORDESTE BRASILEIRO NA REDE MERCOCIDADES: ENTRE A PARADIPLOMACIA E O DESENVOLVIMENTO.....	32
3.1 A ATUAÇÃO DAS CIDADES DO NORDESTE BRASILEIRO NA REDE MERCOCIDADES.....	32
3.1.1 Camaçari.....	32
3.1.2 Salvador.....	33
3.1.3 Vitória Da Conquista.....	34
3.1.4 Fortaleza.....	34
3.1.5 Jaboatão Dos Guararapes.....	34
3.1.6 Recife.....	35
3.1.7 Mossoró.....	36
3.2 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A ATUAÇÃO DAS MERCOCIDADES NORDESTINAS E SEU ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	36
3.2.1 Sobre o indicador e sua escolha.....	36
3.2.2 Trajetória do IDH-M das cidades do nordeste brasileiro inseridas na Rede Mercocidades.....	38
CONCLUSÕES.....	42
REFERÊNCIAS.....	45

INTRODUÇÃO

A atividade de inserção internacional, ou Paradiplomacia, diz respeito ao estabelecimento de relações internacionais de um ator não-central com os demais atores do sistema internacional. Considera-se a Paradiplomacia como uma diplomacia paralela àquela exercida pelo Estado, em que os atores são projetados na arena internacional e suas atuações podem estabelecer conexões capazes de intervir em questões econômicas, sociais, culturais ou em outros temas que lhes são peculiares. Uma das formas de atuação é a inserção em Redes Internacionais de Cidades. Através desta pode-se estabelecer um ambiente interdependente que preza pela partilha de experiências e formulação de projetos que proporcionam transformações em temas pertinentes localmente e o desenvolvimento e fortalecimento da rede. Nesta pesquisa a ênfase é dada a Rede Mercocidades, que relaciona o compartilhamento de experiências entre cidades sul-americanas ao aumento da capacidade e criatividade destas com potencial de solucionar problemas locais, proporcionar desenvolvimento às cidades e fortalecer a integração da região. Particularmente, o trabalho coloca em foco a inserção de cidades da região Nordeste do Brasil nesta rede, a fim de inferir se a Paradiplomacia é capaz de potencializar o desenvolvimento de seus atores.

O cenário de transformações do pós-Guerra Fria e a interdependência realçam e geram mais reflexões acerca dos limites rígidos entre o local e o global, o interno e o externo, nacional e internacional. Com a redefinição das noções conceituais relativas à segurança internacional, como disposto em Baldwin (1997, p.13) e Buzan e Hansen (2012, p.35-37), a segurança ultrapassa a noção de privilégio do Estado enquanto objeto de referência e passa a admitir novos atores, dentre eles os atores não-centrais. Do mesmo modo o nível de análise é ampliado e, além do setor militar, passa a abarcar também os setores político, ambiental, social, econômico e relativo à saúde. Desta maneira, a redefinição por que passa a segurança confere maior legitimidade à atuação destes atores, que já ascende há um tempo, lhes retira o caráter subalterno e alarga seu eixo temático.

Em um mundo onde a interdependência cresce, local e global passam a se relacionar mesmo que indiretamente. Com as transformações na ordem mundial e uma agenda internacional agora dotada de desafios e temas globais que afetam de forma mais direta a esfera local, atores não-centrais são impelidos ao envolvimento em atividades de inserção internacional para defender seus interesses e buscar concretizar objetivos específicos.

A Paradiplomacia tem se solidificado como fonte de oportunidades de desenvolvimento e compreende instrumentos como a inserção via Redes Internacionais de Cidades, um ambiente cooperativo que pode abarcar temáticas como as que afetam a região Nordeste do Brasil. Fatores como o viés não puramente econômico adotado pela Paradiplomacia pressupõem uma abordagem inclusiva com o enfoque em temáticas pertinentes à realidade local. A demanda por participação de todos os agentes envolvidos na realidade do ator não-central demonstra que, em termos de desenvolvimento, a Paradiplomacia é abrangente e dentre seus instrumentos é capaz de lidar com realidades adversas e capacitar os agentes para que o desenvolvimento possa ser inclusivo e a este seja atribuído caráter duradouro.

Jesus (2017, pp.52-65) aponta as redes de cidades como resultado da reconfiguração política que permitiu aos atores não-centrais criar instituições e discorre que atores não-centrais que fazem parte de Estados ainda em desenvolvimento buscam na Paradiplomacia o suporte para lidar com desafios como mobilidade, segurança e infraestrutura. Prado (2007, p.6) defende a semelhança entre o conceito de cooperação internacional descentralizada (CID) e características inerentes à formação de redes de cidades, como o estabelecimento de projetos e compartilhamento de informações a fim de promover o intercâmbio de práticas úteis à resolução de problemas comuns aos atores membros. Estas características somadas ao aumento da percepção de que os governos locais podem acrescentar à agenda de integração regional temas relacionados a sua vivência cotidiana que poderiam ser negligenciados pelo Estado acentuam a capacidade de participação de atores não-centrais. Na dinâmica do Mercosul, a noção de que as cidades poderiam ampliar a agenda temática do bloco e fortalecê-lo leva ao estabelecimento da Rede Mercocidades. Como muitas cidades sul-americanas tendem a enfrentar experiências comuns em diversas áreas temáticas, é estimulado o âmbito cooperativo proporcionado pela Rede Mercocidades em que entes descentralizados partilham experiências, formulam projetos e buscam redefinir situações para que seja alcançado o desenvolvimento de forma conjunta.

No Brasil, a Paradiplomacia detém maior incidência nas regiões Sul e Sudeste, sendo também estas as regiões a possuir maior número de atores não-centrais participantes na Rede Mercocidades. No caso da região Nordeste, o processo de desenvolvimento deu-se de forma tardia e, talvez por isso, a maioria de suas unidades não-centrais parecem conduzir suas relações internacionais de forma pouco significativa. Apenas sete cidades representam a região Nordeste na Rede Mercocidades. Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista do estado da Bahia; Fortaleza do estado do Ceará; Jaboatão dos Guararapes e Recife do estado de

Pernambuco; e Mossoró do estado do Rio Grande do Norte; são as representantes nordestinas no âmbito da Rede Mercocidades e sua atuação nesta rede constitui o caso a ser estudado na presente pesquisa.

A região Nordeste obteve atraso em seu desenvolvimento devido às estruturas erguidas durante o período colonial que, mesmo com modernizações e avanços mais recentes, subsistiram durante anos e, como Araújo e Santos (2009, p.194) apontam, geraram consequências que afetaram não apenas a variável econômica, mas a política, cultural e social regional. Neste contexto, a atuação em Redes Internacionais de Cidades como instrumento da Paradiplomacia pode configurar-se como uma estratégia para viabilizar transformações que catalisem o processo de desenvolvimento e, caso se demonstre que ao utilizar esta estratégia os atores não-centrais do Nordeste obtêm ganhos de desenvolvimento, pode-se adotar a Paradiplomacia como meio de transformação da realidade e empoderamento da região, proporcionando um transbordamento de ganhos desde o nível local ao regional e estatal.

Desta forma, o presente trabalho analisará se a atuação das sete cidades da região Nordeste na Rede Mercocidades foi capaz de validar a proposta de internacionalização de atores não-centrais presente na Paradiplomacia ao potencializar o desenvolvimento de seus atores. A hipótese deste trabalho é a de que a inserção de cidades nordestinas na Rede Mercocidades proporciona ganhos de desenvolvimento e valida a participação de forma ativa em processos da Paradiplomacia, concretizando uma aliança entre a estratégia de desenvolvimento regional e a prática da Paradiplomacia.

O trabalho utiliza metodologia documental e bibliográfica com enfoque qualitativo. Adota uma abordagem exploratória visando obter mais informações e conhecimento a respeito da atuação das cidades listadas como instrumentos paradiplomáticos. Para tanto é necessário apresentar os conceitos de forma que proporcionem um diálogo com a literatura concernente à temática abordada, quais sejam a Paradiplomacia, Redes Internacionais de Cidades e a Rede Mercocidades. Como se pretende relacionar os dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades de Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista; Fortaleza; Recife e Jaboatão dos Guararapes; e Mossoró no âmbito da Rede Mercocidades, faz-se necessário o uso de metodologia comparativa. A partir da análise realizada busca-se corroborar com a argumentação de que a participação de forma ativa em processos da Paradiplomacia proporciona ganhos de desenvolvimento socioeconômico para seus atores, utilizando, para fins de comprovação, instrumental quantitativo-descritivo.

A fim de avaliar se a Paradiplomacia, instrumentalizada na participação na Rede Mercocidades, foi capaz de potencializar o desenvolvimento de seus atores; o presente

trabalho será direcionado, respectivamente, a promoção de um diálogo com conceitos de Paradiplomacia para proporcionar uma definição atual e relacionada aos casos a serem analisados. Serão descritas a Paradiplomacia e as múltiplas terminologias também associadas ao estabelecimento de relações internacionais por atores não-centrais, as relacionando e propondo um diálogo entre estas diferentes faces de um mesmo conceito e expondo como a diversidade de termos associados à Paradiplomacia foi responsável por desencadear reflexões acerca dos riscos e possibilidades deste instrumental inicialmente caracterizado subalterno e como um risco à unidade nacional. Uma vez conceituado, são dispostos os tipos propostos para caracterizar as atuações paradiplomáticas e são delineados seus objetivos gerais. Segue ao evidenciar as estratégias de atuação da Paradiplomacia, expondo suas determinantes e descrevendo os tipos comuns de atuação, ao que se ressalta a ênfase na inserção em Redes Internacionais de Cidades.

No segundo capítulo são exploradas a origem da Rede Mercocidades e suas características, abrangência temática e sua relevância como instrumento da Paradiplomacia, conforme exposto anteriormente.

No terceiro capítulo parte-se para uma exploração da atuação das cidades de Camaçari, Fortaleza, Jaboatão dos Guararapes, Mossoró, Recife, Salvador e Vitória da Conquista na Rede Mercocidades e procura-se realizar uma análise comparativa entre a atuação destas cidades e seus respectivos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), a fim de verificar possível relação entre a Paradiplomacia desenvolvida por estas cidades e ganhos de desenvolvimento. Para tanto, adota-se a noção de desenvolvimento socioeconômico, associada a Sen (2000, p.3), Todaro e Smith (2012, p.16) e Kliksberg (2001, p.109) quando o dispõem como um processo multidimensional capaz de incitar transformações em estruturas sociais e instituições, que acelere o crescimento econômico, reduza as disparidades e erradique a pobreza, ampliando as oportunidades reais de desenvolver as potencialidades dos seres humanos e expandindo as liberdades humanas.

Para tanto, a Paradiplomacia é abordada na seção seguinte e são explanadas suas peculiaridades e tipificações, as motivações que objetivam sua existência e as estratégias que utilizam para concretizar seus objetivos.

1 PARADIPLOMACIA

1.1 PARADIPLOMACIA: APORTES CONCEITUAIS E IMPORTÂNCIA

A Paradiplomacia corresponde às relações internacionais que não são estabelecidas exclusivamente pelo Estado, mas de forma paralela por atores não-centrais pertencentes a diferentes Estados para a projeção de seus interesses e para que sejam estabelecidas conexões e estratégias a fim de viabilizar o alcance dos objetivos fixados localmente nas diversas temáticas que lhes são pertinentes. Como descrito por Cornago (1999, p.41), Paradiplomacia diz respeito ao envolvimento de atores não-centrais nas relações internacionais através do estabelecimento de contatos, sejam estes permanentes ou temporários, com entidades estrangeiras públicas ou privadas, visando a promoção de questões socioeconômicas, culturais ou qualquer outra dimensão internacional relacionada às competências constitucionais desses atores.

Com a vulnerabilidade acentuada pela globalização e a impossibilidade do Estado em atender às demandas específicas locais, a Paradiplomacia surge como uma alternativa que se propõe a alcançar os objetivos específicos e lograr desenvolvimento a cidades e regiões. Alguns dos termos inicialmente conferidos a este processo eram associados a uma noção de inferioridade, como a “microdiplomacia” atribuída por Duchacek (1984, p.5) e, posteriormente, reconhecida como depreciativa. Termos como “diplomacia constituinte” de Kincaid (1990, p.54) e “diplomacia plurinacional” de Aldecoa (1999, p.84) abrangem estas questões e buscam retirar o caráter secundário da Paradiplomacia e legitimar sua atuação descentralizada, reconhecendo sua pluralidade e sua ação coordenada entre as áreas doméstica e internacional. Hocking (1999, p.17) apontava haver uma tendência em caracterizar a Paradiplomacia ressaltando motivos que causassem atrito entre os governos não-centrais e o Estado; em sua concepção a política internacional seria permeada por uma “diplomacia com múltiplas camadas”, em que atores não-centrais seriam dependentes uns dos outros e as relações seriam baseadas no reconhecimento de necessidades mútuas e possibilidade de estratégias conjuntas, mas teriam certa tendência ao conflito. A inclinação ao conflito apesar das redes complexas que constituiriam a diplomacia de múltiplas camadas, pode estar relacionada ao fato de que os motivos que levam à internacionalização do ator não-central são intrínsecos a cada um destes e, portanto, diversos. Desta maneira, os interesses e objetivos dos atores estão propensos a divergir.

A Paradiplomacia foi também referida como “cooperação internacional descentralizada”. Para Romero (2004, p.38) este termo, introduzido a partir de acordos firmados pela União Europeia com países da Ásia-Pacífico e Caribe ao final dos anos 1980, tem sua concepção relacionada à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). Romero (2004, pp.39-40) descreve a “cooperação internacional descentralizada” como uma iniciativa que visa fomentar o processo de desenvolvimento de forma participativa e reforçar a pluralidade dos atores locais através de propostas inovadoras como o intercâmbio de experiências, a busca de soluções conjuntas, a capacitação da sociedade local, o favorecimento de fluxos comerciais, investimentos e transferências de *know-how*. Tavares (2016, p.9) aponta que a “cooperação internacional descentralizada” não compreende de forma uniforme os aparatos tradicionalmente diplomáticos, dando ênfase a processos cooperativos e parcerias. À vista disso, equipará-la a Paradiplomacia seria errôneo pois o enfoque desta comporta maior diversidade de instrumentos para as relações internacionais dos atores não-centrais.

Paquin (2004, p.101) tipifica a Paradiplomacia em “mínima”, “menor”, “maior”, “máxima” e “protodiplomacia”. Na “mínima”, Paquin (2004, p.101) argumenta que as ações seriam principalmente transfronteiriças e ligadas ao aspecto econômico, podendo ser exercidas em forma de ‘irmanamentos’, promoção de exportações locais e atração de investimento estrangeiro. A “menor” compreende, em Paquin (2004, p.102), também cooperação transfronteiriça, mas a esta soma-se o estabelecimento de representações em capitais estratégicas e realização de missões econômicas; dá-se relevância ao aspecto econômico ao mesmo tempo em que abrange múltiplos domínios de ação e geralmente estabelece coordenação com o governo central e tem ambições limitadas. A “maior” Paquin (2004, p.102) expõe ter uma abrangência geográfica e domínios de ação ilimitados, aumentando as chances de conflito com o governo central; é guiada por sentimentos regionais, buscando promover maior ganho para o ator não-central e seus líderes são fortes e ativos ao participar do jogo político, são também capazes de mobilizar recursos e possuem ampla conexão com diversas localidades do globo. A “máxima” compreende, segundo Paquin (2004, pp.102-103) as características da Paradiplomacia “maior” somadas a um forte sentimento do ator não-central em relação à nação que representa, caracterizando a Paradiplomacia identitária; seu objetivo consiste em maximizar os ganhos dos atores não-centrais como forma de diminuir disparidades. Por fim Paquin (2004, p.103) apresenta a “protodiplomacia”, que abarca as características presentes na Paradiplomacia “máxima” e representa o estado de transição à independência, quando o ator não-central acredita na

suficiência de sua capacidade e autonomia perante a comunidade internacional e deseja se tornar soberano.

Questões acerca da competência constitucional destes atores no que refere à sua projeção internacional autônoma surgem a partir do ganho de notoriedade da Paradiplomacia e influenciam sua conceituação. Inicialmente é adotada a noção de que a agenda própria destes atores é inferior ou significa uma pretensão em conflitar com as diretrizes da política externa estatal, representando uma tendência em ignorar a Paradiplomacia como um esforço em acelerar a concretização dos interesses não-centrais. A maior fonte de conflito entre atores não-centrais e o Estado no âmbito da Paradiplomacia está relacionada à protodiplomacia, mas os casos em que a projeção visa a independência são inferiores em frequência. Em relação a este assunto, Hocking (1999, p.34) alega não haver evidências confirmando que interesses separatistas são os reais motivadores do envolvimento na Paradiplomacia. O autor ressalta, inclusive, que é possível que a Paradiplomacia possa solidificar os laços entre locais, regiões e Estado envolvidos e que os possíveis conflitos quanto à jurisdição são comuns, principalmente em Estados que não regulamentam a Paradiplomacia de forma específica. E como Yahn Filho (2013, p.27) aponta, a Paradiplomacia das cidades e regiões representa a possibilidade de agilizar a conquista dos interesses locais e não há a pretensão de se dissociar dos interesses do Estado, podendo esta, inclusive, ser estrategicamente coordenada entre as unidades não-centrais e o governo central. Mesmo quando não o são, o fato de que a Paradiplomacia visa como um de seus objetivos finais o desenvolvimento de forma plena, significa que quando uma cidade ou região obtém ganhos de desenvolvimento isto implica diretamente em ganhos para o país. Isto posto, fica claro que a atividade paradiplomática pode ser alinhada ou apenas coexistir junto à diplomacia estatal, mas se dela resultam ganhos de desenvolvimento estes impactam ambos atores não-centrais e Estados envolvidos.

Ao tratar dos objetivos que motivam a Paradiplomacia pode ser citado o proposto por Hocking (1999, pp.21-25), para quem os interesses de governos não-centrais estão relacionados ao desenvolvimento econômico mútuo dos atores envolvidos e a diversificação das formas de agir e exercer influência em determinados temas; no caso do desenvolvimento econômico é interessante ressaltar que o autor apresenta eixos responsáveis pelo seu êxito, como a educação; em relação à influência, subentende-se que a ação teria como propósito final a reconfiguração do ator não-central, isto é, a mudança de seu status de desenvolvimento acompanhada de uma redefinição de seu papel na conjuntura global.

A abordagem de Lecours (2008, p.2) detalha os objetivos em camadas. No contexto econômico, Lecours (2008, p.2) destaca a atração de investimento estrangeiro, a busca por

trazer companhias internacionais para a região e a conquista de novos mercados para a exportação. Na cooperação Lecours (2008, p.3) enfatiza relações que podem ser agrupadas no contexto da cooperação descentralizada e estariam além dos ganhos econômicos, abarcando as dimensões cultural, educacional, técnico, tecnológico e utilizando instrumentos tais como a assistência para o desenvolvimento, intercâmbio cultural, educacional, técnico e científico. No aspecto político, os objetivos apresentados por Lecours (2008, pp.3-4) podem ser de caráter identitário dissociativo, para afirmar as particularidades de uma cultura, ou podem ter como propósito o ganho de reconhecimento dentro de determinada esfera e se manifestar através da influência no comportamento de outro ator.

Tavares (2016, pp.40-47) dispõe como motivadores da Paradiplomacia a (i) obtenção de oportunidades globais por meio de arranjos econômicos e promoção comercial ou turística; (ii) a possibilidade de prover serviços locais por meio da atuação internacional; (iii) a descentralização de decisões que advém da expansão das competências burocráticas locais; (iv) interesses pessoais de quem coordena ou conduz a Paradiplomacia; (v) oportunismo eleitoral em que a alavancagem da imagem internacional é utilizada como forma de obter credibilidade internamente; (vi) a possibilidade de atender reivindicações locais e suprimir movimentos independentistas; (vii) questões culturais e nacionalistas que comportam a busca de suporte e recursos internacionalmente; (viii) diásporas que buscam manter uma conexão com sua comunidade originária; (ix) proximidade geográfica; (x) e o isolacionismo vivido pelo país ou vivido por unidades não-centrais que se sentem isoladas dentro de seu próprio país.

Fica perceptível que, embora utilizem termos e descrições diversificadas, as motivações apresentadas são homogêneas, senão equivalentes. A Paradiplomacia pode abordar diversos temas. Sua atuação é associada à consecução de objetivos específicos dos governos não-centrais e estes são definidos a partir da realidade vivenciada por cada um destes. Como Jesus (2017, p.52) apresenta, os atores não-centrais pertencentes a Estados em desenvolvimento veem na Paradiplomacia uma estratégia de governança local capaz de reconfigurar questões concernentes ao desenvolvimento como mobilidade, segurança e infraestrutura; os que fazem parte de Estados desenvolvidos priorizam a preservação das vantagens econômicas que possuem através do marketing de suas características como forma de impulsionar a atração de investimentos e o turismo. Isto é, a prioridade pode ser dada a qualquer temática seja ela econômica, social, cultural, ambiental; mas sempre considerando sua relevância dentro do contexto em que se insere o ator não-central.

Reitera-se, então, que o envolvimento na Paradiplomacia é impelido pelas transformações e desafios da esfera global que geram reverberações para a esfera local e proporcionam um reordenamento do eixo que permeia interesses e objetivos específicos de governos não-centrais. Como descrito por Fronzaglia (2005, p.50), problemáticas como desemprego; educação; saúde; assistência social; e questões ambientais; agora estão sob maior responsabilidade dos governos locais, gerando uma situação contraditória em que a demanda dos cidadãos se torna mais intensa e ainda encontram-se restrições administrativas às autoridades locais. Fronzaglia (2005, p.50) segue dispondo que esta situação contraditória somada ao fato de que as cidades e demais formas de governos locais encontram-se mais próximos à população, podem explicar o crescimento da cooperação internacional descentralizada na década de noventa.

Considerando o contexto do objeto de pesquisa de Fronzaglia (2005, p.50), o que propõe assemelha-se a Jesus (2017, p.52) quando este aponta que atores não-centrais em desenvolvimento buscam na Paradiplomacia o suporte para lidar com os desafios da urbanização. Reafirma Keating (1999, p.3) e Hocking (1999, p.18) que alegam haver um declínio no papel mediador do Estado, o qual expõe seus atores não-centrais aos efeitos da economia global e acentua a vulnerabilidade destes, face aos efeitos da globalização. Efeitos estes que impulsionam o processo de descentralização, ocasionando a tomada de iniciativa dos governos não-centrais que buscam alternativas para lidar com as novas problemáticas que enfrentam. A “cooperação internacional descentralizada”, apesar de ser possivelmente insuficiente para descrever a diversidade prevista na Paradiplomacia, representa a forma de atuação do contexto dos anos 1990 em que as atividades de inserção internacional ganham proeminência em países do Sul Global¹.

As diversas conceituações apresentam a complexidade da Paradiplomacia, que envolve os âmbitos doméstico e externo e diz respeito ao estabelecimento de relações internacionais de um ator não-central com os demais atores do sistema internacional através de estratégias temporárias ou duradouras, em temas definidos com base no contexto em que se insere o ator não-central. Como visto em Hocking (1999, p.24), tem surgido para a Paradiplomacia oportunidades e desafios que podem desmitificar a noção de conflito entre atores não-centrais e centrais ao introduzir a possibilidade de coordenação entre estes para alinhar as premissas para a condução da internacionalização. Também é clarificado que a definição de objetivos é pautada pela realidade local e comporta não apenas variáveis

1 Por Sul Global o presente trabalho entende uma “designação simbólica para denominar uma ampla gama de nações em desenvolvimento, diversificadas em suas histórias, origens e tradições, com múltiplos enfoques no que se refere ao poder, à cultura ou à identidade” de Pino (2014, p.57).

econômicas, mas sociais, culturais, ambientais e tecnológicas, que são adotadas de acordo com as prioridades de cada ator.

Em suma, a Paradiplomacia vem ganhando destaque desde a acentuação do processo de globalização e, ao se consagrar como estratégia para amenizar adversidades enfrentadas no âmbito local e pela iniciativa em garantir as prioridades locais através das oportunidades fruto do envolvimento de seus atores nas relações internacionais, tem sua importância reificada.

1.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DA PARADIPLOMACIA

Para a atuação paradiplomática são compreendidos instrumentos diversos, a escolha entre um destes é dependente dos recursos disponíveis. Ao tratar dos recursos, Paquin (2004, p.108) os apresenta como determinantes em termos de capacidade de ação dos atores pois, aqueles com capacidade de mobilizar recursos para alcançar seus objetivos teriam maior influência e autonomia para intervir de forma que lhes seja satisfatória. Odonne (2016, pp.59-72) ao apresentar perspectivas acerca da Paradiplomacia reafirma o que é apresentado por Paquin; em seu trabalho subentende-se que a agência é conferida àqueles que têm capacidade e habilidade de proporcionar mudanças na política internacional, considerando os recursos e características inerentes ao ator não-central como a disponibilidade de líderes e sociedade à projeção internacional, a relação entre os atores centrais e não-centrais, a existência ou não de uma estrutura para a condução da Paradiplomacia e de alinhamento entre os interesses específicos locais e os estatais.

Hocking (1999, p.25) introduz a perspectiva da continuidade como uma dimensão da Paradiplomacia. A continuidade estaria atrelada ao desenvolvimento de estruturas no âmbito nacional para lidar com a inserção internacional. Isto é, caso a Paradiplomacia preze pela construção de uma estratégia de inserção e obtenção de um setor capacitado que impulse a atividade paradiplomática, estabeleça vínculos e obtenha reconhecimento, irá favorecer as relações futuras e garantir sua continuidade. Subentende-se em Fróio (2015, p.16) que para um melhor desempenho se faz crucial que a participação seja guiada com vontade, pois a Paradiplomacia relaciona-se ao perfil de seus agentes. Jesus (2017, p.52) alega a necessidade por uma estrutura organizacional competente e qualificada, ressaltando que secretarias específicas para a internacionalização têm sido criadas ou secretarias já existentes recebem novas atribuições relativas ao processo de internacionalização e isto acarreta em crescimento significativo da Paradiplomacia das cidades. Pode-se inferir que a eficácia da Paradiplomacia se relaciona a existência ou não de estruturas específicas para a conduzir, pois são

responsáveis pela definição da estratégia a ser empregada que, por sua vez, depende de sua expertise ao identificar a motivação para a Paradiplomacia, delimitar a área temática em que se enquadra e qual a parte da sociedade a ser englobada pela ação.

Cezário (2011, pp.85-86) propõe como estratégias a atuação, temporária ou duradoura, em foros; irmanamentos; comemorações oficiais; cerimonial e a inserção em Redes Internacionais. Cezário (2011, pp.86-88) subdivide a atuação em foros em temporária ou duradoura e, respectivamente, as exemplifica na participação em eventos, congressos e conferências ou por meio da presença em comitês ou órgãos executivos. Cezário (2011, pp.90-93) apresenta os irmanamentos como relações bilaterais entre cidades que proporcionam integração, sentimento de identidade comum e pertencimento em que são realizados intercâmbios culturais e o enfrentamento de desafios comuns permeados por objetivos como a melhoria de índices socioeconômicos, a equidade em questões de gênero e promoção da sustentabilidade. Comemorações oficiais são, segundo Cezário (2011, pp.93-95) realizadas para exaltar laços históricos entre países ou devido a datas, eventos ou temáticas específicas e viabilizam envolvimento maior da sociedade local e entes privados com aspectos concernentes à Paradiplomacia. Acerca do cerimonial, Cezário (2011, pp.95-96) argumenta que este transpõe a questão protocolar em que se dá a organização da recepção de autoridades internacionais e da realização de missões internacionais, e representa a possibilidade de obter conhecimento acerca de boas práticas, potencializar a cooperação, a promoção externa e a atração de investimentos dos governos não-centrais.

São apresentadas como possibilidades do processo de internacionalização, por Jesus (2017, p.64), as estratégias de desenvolvimento do marketing urbano que propõem reajustar a imagem da cidade de forma sem que sejam camuflados os problemas ou adotadas soluções efêmeras para estes, a fim de que o reajuste possa intervir em decisões de empresas, consumidores e turistas, atraindo investimentos e consumidores externos e aumentando o consumo interno; e a realização de eventos internacionais de médio e grande porte, que podem atrair projetos de transformação urbana, capazes de alavancar o desenvolvimento local ou atuar no processo de revitalização de áreas históricas, parques, dentre outros atributos da cidade.

Para Jesus (2017, pp.52-53), os processos de internacionalização dão destaque à perspectiva criativa, que está atrelada a cultura e busca atribuir valor e tornar setores tradicionais da economia mais competitivos a partir de bens e serviços baseados em textos, símbolos e imagens e ao conjunto diversificado de atividades pautadas na criatividade, no talento ou na habilidade individual; considerando o setor criativo como particular à economia

e ao desenvolvimento. Neste enfoque, o autor dispõe como estratégias a busca pela consecução de empréstimos e parcerias para reabilitar espaços urbanos, estimular o potencial cultural e criativo local e proporcionar geração de emprego e renda; a atração de investimentos como estímulo à coprodução e empreendimentos realizados em conjunto, promovendo as qualidades locais e *clusters* criativos a nível internacional; e a busca em influenciar regimes e organizações internacionais para facilitar o acesso a mercados globais, eventos e tecnológicas providenciais à economia criativa. Keating (1999, p.11) discorre que a Paradiplomacia é caracterizada pelo maior envolvimento da sociedade civil e do setor privado, o que é confirmado e ampliado no âmbito das cidades criativas, em que todos os atores socioeconômicos e culturais devem ter papel ativo.

Desta maneira, vê-se que cidades criativas buscam a cooperação técnica e se voltam aos agentes para realizar a construção e aperfeiçoamento de suas capacidades, para formar e consolidar ambientes criativos, prover auxílio à profissionalização e promover o intercâmbio de experiências. Tais experiências muito se assemelham ao que é proposto na inserção em Redes de Cidades, que como Meneghetti Neto (2005, p.56) apresenta, podem abarcar relações a nível global, regional ou intranacional. Ao discorrer sobre Redes de Cidades no âmbito da Paradiplomacia, a presente pesquisa refere-se a perspectiva internacional destas. Ao propor uma definição Camagni e Capello (2004, pp.512-513) as apresentam como sistemas em que se estabelecem relações e fluxos, de natureza principalmente horizontal e não hierárquica, que visam exercer a complementaridade, sinergia e inovação. Cezário (2011, p.89) discorre que estas são dotadas de caráter técnico e incorporam características da CID, abarcando em seu domínio o intercâmbio de experiências ou boas práticas, a busca de soluções conjuntas e construção de políticas públicas inovadoras que abrangem os temas pautados na transversalidade.

Adequando o disposto por Komninos (2008, p.197) à inserção em Redes Internacionais de Cidades, esta pode ser tida como elemento que influencia seus atores e molda suas atividades, agindo simultaneamente como a estrutura na qual as relações entre os atores não-centrais ocorrem e como um processo em que estas relações são construídas. Segue afirmando que, mais do que uma simples agregação de atores, depreende compartilhamento de riscos, busca de acesso a novos mercados e tecnologias, abertura comercial, complementação de atributos e acesso a conhecimento. Através da inserção, se torna possível identificar o que precisa ser melhorado para que o desempenho ganhe em competitividade.

Em Capello (2000, pp.1927-1929) denota-se que a vertente cooperativa é explorada em um contexto de horizontalidade em que as vantagens que impulsionam o desenvolvimento

são distribuídas entre os participantes; o intercâmbio de experiências seria responsável por diminuir a percepção de riscos e incerteza, e as boas práticas e casos de sucesso por influenciar a eficiência e performance da administração pública das cidades parceiras ao disponibilizar um *know how* que pode servir de base às políticas públicas. Desta forma, quanto maior o número de cidades participando, maior a base de informações e práticas de sucesso e potencialização de benefícios advindos desta. Capello (2000, pp.1929-1931) segue dispondo que uma maior incidência em atuação em rede tem como fim o fortalecimento da própria rede, uma vez que as cidades passam a estar integradas e engajadas em se fortalecer mutuamente, buscando alavancar a competitividade da rede ao invés de promover competição entre si. Ao tratar da dinâmica em Redes apresenta uma noção semelhante às vertentes plurinacional e de múltiplas camadas da Paradiplomacia e ao proposto por Jesus (2017, pp.72-73) quando apresenta as relações entre governos não-central e central e também com as esferas locais como bairros e sociedade, como determinantes para homogeneizar o processo de desenvolvimento e promovê-lo de forma harmônica, estratégica e equitativa entre os diferentes contextos locais.

Camagni e Capello (2004, p.513) dispõem as relações imateriais e os fluxos físicos de pessoas e bens como perspectivas complementares das quais dependem as redes de cidades. Os autores exemplificam a integração física através de redes de transporte e comunicação; a virtual é disposta em termos econômicos como a troca de informações, transações financeiras e de cooperação, que abarcaria múltiplas dimensões, dentre as quais pode ser destacada a cultural. Considerando a semelhança em termos históricos, geográficos e culturais entre os países da América Latina, há o desencadeamento de questões quanto a como isto influencia o processo de desenvolvimento desta região. O potencial para que os componentes da América Latina cooperem entre si é reconhecido e ressaltado, por Pino (2010, p.2), pois os obstáculos, interesses e necessidades que encaram nos âmbitos econômico e social podem assemelhar-se. Influenciados pela lógica de identificação de similaridades, o Mercosul e pela descentralização político-administrativa, a Rede Mercocidades surge como ambiente de cooperação horizontal para que as cidades pertencentes aos Estados-membros sejam inseridas no processo de integração regional do Mercosul e busquem alternativas conjuntas para seu próprio desenvolvimento e, por conseguinte, da região.

2 REDE MERCOCIDADES: INSTRUMENTO DA PARADIPLOMACIA

2.1 IMPULSOS INICIAIS

Max-Neef (2012, pp.22-25) discorre que a independência e a criação de Estados na América Latina os apresentavam como democracias liberais, mas estes tiveram suas condições e processos de desenvolvimento orquestrados por oligarquias nacionais e geravam exclusão das massas populares de questões políticas, sem que tivessem acesso a canais de participação social e, décadas depois, quando o autoritarismo exerce domínio sobre o Cone Sul da América Latina, os benefícios socioeconômicos anteriormente conquistados são dizimados e processos de participação ativa social são estagnados. Segundo Boron (2003, p.234), com a redemocratização propõe-se integrar politicamente as massas, mas ajustes econômicos desempenhados ocasionam sua marginalização. Kliksberg (2001, p.57) afirma que as desigualdades sociais profundas na América Latina impactam a região proporcionando a redução de sua capacidade de poupança, impondo limites ao mercado interno, afetando negativamente a educação e a saúde pública, elevando a pobreza e viabilizando a marginalização social, gerando insegurança e debilitando a governabilidade democrática.

Abramovay (2002, p.66) dispõe que ao intervir com o objetivo de melhorar a economia, devem ser consideradas a organização social vigente e facilitadas ou incentivadas interações intergrupais que fortaleçam o capital social abrangente para que a sociedade possa também formular, implementar e avaliar estratégias de desenvolvimento. Neste sentido, Albuquerque (2004, p.159) aponta os processos de descentralização na América Latina como uma busca por responder apropriadamente às demandas populacionais a partir de uma concepção que aborde horizontalmente diferentes aspectos do desenvolvimento. Meneghetti Neto (2005, p.46) argumenta que a descentralização corrobora para a ascensão de atores não-centrais visto que esta figura “como uma alternativa ao Estado autoritário do passado, altamente centralizador de poder político e de recursos fiscais”. Com a maior participação de administrações locais, segundo Albuquerque (2004, p.160), dá-se oportunidade a que atores não-centrais possam assumir competências e impulsionar capacidades e recursos locais, estimulando o envolvimento de seus diversos atores como forma de impulsionar o desenvolvimento local.

Para Carámbula (2010, p.73) a descentralização foi importante ao permitir que as cidades adotem novas responsabilidades, visto que os desafios e oportunidades que enfrentam, principalmente aquelas em países em desenvolvimento, abordam temáticas cruciais não

apenas à esfera local. Isto pode ser complementado por Mariano e Mariano (2002, p.49), ao afirmarem que a esfera não-central representa um mecanismo em que o objetivo é atender e beneficiar a população específica local, mas o modo em que atuam proporcionam a que os benefícios se estendam ao sistema como um todo.

Em Held e McGrew (2001, pp.11-14), vê-se que a globalização reflete mudanças estruturais no nível de organização social moderna ao adotar um aspecto multidimensional que abarca diversas ordens institucionais e redes de poder que englobam as áreas econômica, política, tecnológica, científica, cultural e natural; e ao transcender regiões e fronteiras nacionais, infere a necessidade de que o princípio territorial segundo o qual há correspondência entre a sociedade, a economia e a organização política dentro de um território nacional exclusivo e delimitado por fronteiras, se reinvente para que possa ser inserido em um contexto global. Esse contexto, segundo Oddone (2008, p.30) pode permitir à descentralização agir como um facilitador ao proporcionar aos municípios e os atores nele compreendidos maior autonomia para solucionar seus problemas, visto que a horizontalidade pressupõe que os cidadãos possam representar a si mesmos ou seu grupo de interesse, participando do processo decisório para suprir suas necessidades.

A globalização tem efeitos que impulsionam também a integração regional no âmbito do Mercosul pois, como Mariano e Mariano (2002, p.54) dispõem, o impulso para a expansão de blocos econômicos e para a participação de Estados em desenvolvimento, como no caso do Mercosul, advém de pressões do contexto internacional que elevam os riscos econômicos e políticos daqueles que não os integram. Em Blyde e Fernández-Arias (2008, pp.25-26) vê-se que o Mercosul age como um ponto de convergência para que os Estados atuem em suas relações internacionais e possam se beneficiar igualmente apesar das assimetrias e disparidades entre atores. Prado (1997, pp.276-277) e Oddone (2010, p.77) expõem que em sua fase inicial, o Mercosul estava amplamente ligado à integração econômica e as premissas nas quais se baseava esta integração se mostraram insuficientes ao não abordar outras dimensões de forma extensiva, por manter uma distância entre o setor que planeja e executa ações e os cidadãos, e por mostrar-se inapto a formular uma estratégia de desenvolvimento durável.

Um marco precedente à institucionalização da Rede Mercocidades, como visto em Oddone (2008, p.76) corresponde ao seminário “*Mercosur: opciones y desafios para las ciudades*”, realizado em Assunção, Paraguai, em março de 1995. Neste seminário, é firmada a *Declaración de Asunción* (1995, p.1-3), que dispõe sobre a importância da integração regional como forma de impulsionar transações, fortalecer o posicionamento de seus atores no

mercado internacional e o papel relevante do Mercosul que gera efeitos que transcendem esta temática; discorre também que o potencial integracionista territorial segue o contexto de transformações da globalização, que provoca modificações nas formas em que atores interagem e apresentam novos instrumentos como as Redes e clarificam a importância da adesão às mudanças, visto que caso não o façam as cidades podem ter seu desenvolvimento urbano comprometido; e reafirma que a democratização política e descentralização na América Latina dão maior proeminência aos atores não-centrais, e especificam que as cidades, como as do Mercosul, sentem os efeitos de forma mais aguçada pela maior proximidade com os cidadãos, e grande parte delas tem baixa capacidade de reagir aos problemas por falta de recursos ou parcerias público-privadas.

Isto posto, a *Declaración de Asunción* (1995, p.2-3) reifica o direito das cidades à atividade autônoma no âmbito da integração regional, em que seriam promovidas a comunicação eficiente, o compartilhamento de dados e informações, o estabelecimento de bases para que sejam elaboradas políticas urbanas visando a complementaridade de necessidades e experiências.

Oddone (2008, p.77) apresenta que em julho de 1995 na cidade de Porto Alegre, Brasil, foi firmado o “Compromisso de Porto Alegre”, o qual ressalta a necessidade de inserir governos de diferentes níveis e a sociedade civil no processo de integração para que possam construir espaços reais de participação, efetivar o poder local como sujeito deliberante de políticas públicas e consolidar um diálogo integrador entre governo e sociedade.

Gomà e Blanco (2002, pp.5-6) descrevem a governança territorial multinível como um compartilhamento de responsabilidades entre os governos em seus diversos níveis ao definir problemas e planos de ação concernentes à agendas temáticas amplas e, segundo Oddone (2010, p.79), a Rede Mercocidades surge em 1995 com o objetivo de para vincular esforços, favorecer e consolidar a governança territorial multinível no âmbito do Mercosul.

Segundo Barrios (2010, p.49), a perspectiva proposta pela Rede Mercocidades adota uma concepção multidimensional da integração incorporando as dimensões cultural, econômica, social, prezando pela participação ativa da cidadania e buscando refletir no próprio processo de integração a riqueza e diversidade de atores que o compõem. Batalla e Mallmann (2015, p.126) expõem que novos objetivos de desenvolvimento são suscitados no âmbito da integração regional, esta que amplia o âmbito de atuação de governos não-centrais, reorienta as agendas locais e consolida a interdependência ao proporcionar um projeto regional comum.

Binner (2010, p.23) e Rodriguez (2010, p.30) argumentam que a Rede Mercocidades pensa e implementa um modelo de integração como uma alternativa ao modelo de integração proposto por Estados do Mercosul, que seja não apenas baseado em relações econômicas, mas que se relaciona à cultura, infraestrutura, questões político-estratégicas e ao estabelecimento de uma agenda social comum com papel primordial; promove sinergia entre as dimensões público e privada através de um enfoque multidimensional e multissetorial e reconhece a sociedade civil como um de seus agentes ativos. Max-Neef (2012, p.25) aponta que “apenas através do redescobrimto da composição ‘molecular’ do tecido social (micro-organizações, espaços locais, relações escala humana) é possível que uma ordem política, baseada numa cultura democrática, será possível”, na dinâmica da Rede Mercocidades essa perspectiva de redescobrimto toma forma no incentivo ao diálogo com a sociedade civil organizada para que as temáticas prioritárias sejam definidas em consonância com as adversidades enfrentadas por quem sente os efeitos diretos e os projetos elaborados sejam capazes de gerar benefícios aos cidadãos e angariar maior apoio à integração regional.

2.2 A REDE MERCOCIDADES

O Art. 8º do Estatuto (2015, p.3) vigente da Rede determina como instâncias desta a: i) cúpula de chefes de governo; ii) conselho; iii) direção executiva; iv) colegiado de coordenadores de unidades temáticas; v) secretaria técnica permanente. A direção executiva, por sua vez, compõe-se de: i) presidência; ii) vice-presidências temáticas; iii) comissão diretiva; iv) secretaria-executiva. E o colegiado de coordenadores de unidades temáticas, de: i) unidades temáticas.

O Art. 2º de seu Estatuto (2015, p.1-2) vigente determina os fins e objetivos da Rede Mercocidades e deste é possível depreender que a Rede Mercocidades preza pelo favorecimento da integração regional e participação das cidades na estrutura do Mercosul, proporcionando uma tomada de decisões conjunta e o estabelecimento de diálogo entre as cidades. Ainda no Art. 2º de seu Estatuto (2015, p.1-2), nota-se que na Rede prioriza-se a cooperação, é facilitado o intercâmbio de experiências e informações e são viabilizadas ações, programas e projetos que constituam parte estratégica do processo de integração. Com a criação de políticas públicas comuns e abrangentes e mediante o apoio ao acesso a financiamentos internacionais para governos locais, visa potencializar os recursos humanos e experiências administrativas para gestões locais sem que haja marginalização de quaisquer setores. É possível, ainda, notar no Art. 2º de seu Estatuto (2015, p.1-2), que a Rede Mercocidades objetiva ainda promover sua integração com outras instituições, bem como

garantir sua influência sobre agendas internacionais e órgãos multilaterais; possui comprometimento com a agenda 2030, mas adota também uma agenda baseada em indicadores e metas próprias; propõe facilitar o acesso da sociedade civil aos centros de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e cultural e impulsionar a participação cidadã e inclusão social para concretizar a cidadania regional; coordenar o planejamento de ações projetos e programas que facilitem o desenvolvimento urbano, a cooperação em ciência e tecnologia, cultura, lazer, esportes e turismo; o planejamento do turismo regional; a identificação de causas e prevenção da violência urbana e desigualdade social; a promoção do respeito à diversidade e luta contra a discriminação, xenofobia e racismo; e a promoção de desenvolvimento pautado na busca por melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos.

A análise das atas das Cumbres I (1995, p.1-5) em Assunção e II (1996, p.1-4) em Porto Alegre permitem depreender que no âmbito destas é institucionalizada a Rede Mercocidades, com a criação de um conselho para estimular a participação ativa, é designada a Secretaria-Executiva e sua rotatividade anual, e são criadas Unidades Temáticas como eixo de atividades iniciais. Dentre cada Unidade Temática (UT) criada, alterada ou excluída, ao fim da Cumbre II (1996, p.1-2) tem-se: “Municípios e Universidade”; “Comércio Exterior”; “Ciência e Tecnologia”; “Cultura”; “Turismo”; “Gestão Municipal e Planejamento Estratégico”; “Planejamento Urbano e Ambiental”; “Desenvolvimento Social”; também nestas reuniões se ressalta que a cooperação evidenciada na iniciativa Mercocidades se reafirma como um instrumento para a estruturação de um Mercosul verdadeiramente democrático, em que as cidades têm papel ativo na busca em amenizar impactos negativos advindos das transformações da globalização, utilizando os instrumentos desta para potencializar a cidadania e a interconexão social promover o diálogo cultural de forma a gerar desenvolvimento socioeconômico.

Das atas das Cumbres III (1997, p.3-4) em Córdoba, IV (1998, p.3-4) em Montevideu e V (1999, p.1-5) em Belo Horizonte, depreende-se que tratam da construção de um futuro comum, em que são compartilhadas soluções para aumentar a capacidade, aguçar a criatividade e formular caminhos próprios e com vantagens mútuas, dinamizando os melhores esforços de cada ator para estabelecer políticas com maior equidade social como o direito à diversidade, a uma identidade individual e coletiva, à memória e à inclusão; trata também do papel da Rede Mercocidades para além dos limites territoriais, seu potencial para impulsionar uma ordem mundial mais equitativa e, por exemplo, para cultivar e exportar uma cultura de paz. Reafirma também a importância de um relacionamento saudável entre a condução da

Paradiplomacia e os níveis doméstico e internacional, instando que deve haver diálogo entre os atores descentralizados e seu governo central.

As atas da Cumbres VI (2000, p.6-7) em Rosário, VII (2001, p.4-5) em Valparaíso e VIII (2002, p.12-13) em Assunção, discorrem sobre uma reavaliação do Mercosul e suas debilidades, instando a participação ativa dos membros para garantir que a persecução de metas econômicas ocorra em consonância com a agenda social do Mercosul e as perspectivas abrangentes propostas pela Rede, para tanto reforça também a necessidade de consolidar a integração entre os atores no interior do bloco e define como eixos estratégicos a integração produtiva, o desenvolvimento de infraestrutura para a integração, o fortalecimento da integração fronteiriça, o desenvolvimento de estratégias para consolidar o bloco e compensar desequilíbrios entre atores, a criação de instrumentos para financiar e impulsionar o desenvolvimento.

A partir das atas das Cumbres IX (2003, p.20-21) em Montevideu, XI (2005, p.8-9) em Santo André, XIII (2008, p.22-23) em Canelones e do informe da Cumbre XIV (2009, p.4-6), em Rosario, constata-se que são incentivadas a cooperação tanto com outras organizações internacionais, visto os convênios firmados para viabilizar maior aporte financeiro, técnico e acadêmico para a realização de projetos da Rede; como a cooperação descentralizada entre as Mercocidades.

A última ata disponível no *website* da Rede refere-se a Cumbre XX (2015, 27-30) em São Paulo, e, tal como ocorre na Cumbre X (2004, p.23) em Buenos Aires, que marca os dez anos de institucionalização da Rede, no marco de 20 anos de institucionalização da Rede Mercocidades, são reconhecidos os avanços e fortalecimento da Rede e retomados os princípios fundacionais de desenvolvimento local multidimensional inicialmente propostos, em que se insta maior empenho para aprofundar a integração e para engajar os diversos núcleos que compõem as cidades.

Como pôde ser visto, as Cumbres realizadas ao longo dos anos buscam aprimorar a institucionalidade e corporificar a Rede Mercocidades, reiterar a importância do alcance dos objetivos principais para a realidade de suas cidades, analisar a situação atual, reavaliar estratégias e reafirmar o eixo que norteia a Rede. A cada reunião são ressaltados ou acrescentados aspectos pertinentes à agenda e firmadas parcerias, contribuindo para a consolidação da Rede Mercocidades no meio externo como rede protagonista na América do Sul.

2.2.1 A Reunião Especializada de Municípios e Intendências (REMI) e o Foro Consultivo de Cidades e Regiões (FCCR)

Mariano e Mariano (2005, p.151) expõem que mediante o aprofundamento da integração e ao maior expressividade de sua influência no cotidiano das sociedades, as instâncias não-centrais tendem a ser incorporadas no processo decisório do bloco para que as decisões tenham maior eficiência em sua implementação e controle.

Kleiman (2010, p.61) aponta a criação da Reunião Especializada de Municípios e Intendências (REMI), em 2001, como uma conquista da Rede Mercocidades, mas diferentemente da possibilidade representada na REMI de que cidades possam dialogar e influir na agenda do Mercosul ao ter a elas dedicada uma instituição que integra a estrutura formal do Mercosul, esta mostra-se um órgão burocrático e distante dos órgãos decisórios do Mercosul como o Conselho Mercado Comum (CMC) e o Grupo Mercado Comum (GMC), em que as cidades não recebem maior apoio ou reconhecimento e são abordadas como temática ao invés de construir o diálogo, sendo mantida a distância entre os tomadores de decisão dos âmbitos local e estatal.

Uma vez constatadas as falhas da REMI, segundo Kleiman (2010, p.62), propõe-se uma mudança em suas estruturas interna e externa para que se estabeleça um órgão vinculado ao CMC e GMC, capaz de levar as propostas dos atores não-centrais aos Estados do Mercosul e promover um real diálogo capaz de influenciar a agenda e o processo decisório. Desta maneira, em 2004 é estabelecido o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul, chamado também Foro Consultivo de Cidades e Regiões (FCCR). Acerca do FCCR, Kleiman (2010, pp.62-63) o apresenta como vinculado ao GMC e dividido em dois comitês, ressaltando que foi instalado somente em 2007 devido à uma suposta necessidade de estabelecer condições políticas e práticas para tal; quanto a isto, o autor discorre acerca da diplomacia oficial dos Estados e como, para estas, os atores não-centrais devem provar sua legitimidade e capacidade de atuação, mesmo que este direito já lhes tenha sido concedido e defendido pelos novos governantes do Mercosul, que utilizaram como argumento o objetivo de proporcionar um bloco amplo e inclusivo, que integrasse a sociedade e o cidadão do Mercosul.

Como fica exposto na Carta (2007, p.1) do Rio, os governadores, intendentes, prefeitos e representantes se comprometem a valorizar a diversidade e a cooperação como forma de fortalecer o Mercosul e integrar as sociedades que compõem os países do bloco, aprofundando e legitimando o processo de integração regional ao propor a criação de uma

cidadania e identidade sul-americana; com o FCCR se estabelece um espaço concreto para discussão, como forma de elaborar respostas aos desafios da integração, do desenvolvimento regional e local, e consolidar o Mercosul através da ação conjunta de atores locais, regionais e estatais, junto às demais instituições que compõem o bloco, para que a agenda do Mercosul seja fortalecida e pautada no privilégio das relações entre as diversas instâncias do Mercosul.

2.2.2 As Unidades Temáticas

Como é possível observar no *website* da Rede Mercocidades (2017), atualmente esta conta com 15 Unidades Temáticas e 7 Grupos de Trabalho, quais sejam, respectivamente: ambiente e desenvolvimento sustentável; autonomia, gestão e participação; ciência, tecnologia e capacitação; cooperação internacional; cultura; desenvolvimento econômico local; desenvolvimento social desenvolvimento urbano; educação; gênero e município; integração fronteiriça; juventudes; planejamento estratégico; segurança cidadã; turismo; cooperação descentralizada; esporte; comissão de economia social e solidária; comissão de fomento de negócios; comissão de direitos humanos e comunicação.

O Art. 33º do Estatuto (2015, p.7-8) vigente descreve as Unidades Temáticas como instâncias responsáveis pelo desenvolvimento de temas específicos da Rede Mercocidades e o Art. 34º do Estatuto (2015, p.8) descreve como suas competências i) formular e propor políticas comuns na área específica designada, para que sejam implementadas no âmbito da Rede; ii) formular e propor indicadores comuns na área específica designada, para que sejam adotados pelas cidades que integram a Rede; iii) promover a pesquisa e divulgação de experiências e políticas públicas desenvolvidas em cidades diversas; iv) promover eventos para discutir o tema específico e obter propostas a serem deliberadas na Rede; v) promover missões que permitam compreender processos que levam a políticas públicas prósperas e sua reprodução; vi) preparar um banco de dados informacional.

Ponce (2010, p.37) apresenta como características das UTs, desde os primórdios, os ideais democráticos da Rede e a horizontalidade que fornece um ambiente propício à igualdade. Estes seriam responsáveis por proporcionar às cidades com realidades distintas conviver em um ambiente comum, coordenar uma agenda e buscar concretizá-la podendo, inclusive, exercer a coordenação ou subcoordenação da UT. Dias (2010, p.54) atribui à criação das UTs a responsabilidade de desenvolver e coordenar temas de interesse comum, priorizados de acordo com os eixos propostos nas reuniões que, por sua vez, atendiam ao dinamismo próprio das atividades de seus atores não-centrais.

Para Ponce (2010, p.39), a gestão de uma UT afeta diretamente a gestão local por Unidades Temáticas tratem-se de um espaço que forma e fortalece a liderança e favorece a horizontalidade, que permite aos representantes de municípios menores as mesmas condições para atuar fornecidas aos maiores. Em Oddone (2010, p.79) depreende-se que as Unidades Temáticas favorecem a governança horizontal do Mercosul no âmbito local ao estimular a inclusão de novos atores das esferas público e privada.

2.3 A RELEVÂNCIA DA REDE MERCOCIDADES COMO INSTRUMENTO DA PARADIPLOMACIA

Mariano e Mariano (2005, pp.144-145) como a Rede Mercocidades nasce no seio do Mercosul, um processo de integração regional que, por si só, tende a ser mais complexo e amplo que a cooperação internacional pois reflete mudanças profundas de longo prazo, além de reduzir o grau de incerteza em termos comportamentais e oferecer múltiplas estruturas em que podem ser negociados acordos com potenciais vantagens mútuas.

Segundo Garesché e Caycedo (2014, pp.51-52), a atuação em redes pressupõe a proposição de soluções criativas a problemas complexos, amplia o leque de opções estratégicas e enriquece a tomada de decisões individual, proporcionando oportunidades em duas áreas: a externa e a interna; na externa viabilizam a representação, a defesa de interesses e a busca de reconhecimento e visibilidade pois, ao se projetar via Rede, a cidade melhora sua posição em meio a organizações e ao governo central, exerce influência direta na articulação de programas de cooperação e reafirma a agência de atores não-centrais em matéria de desenvolvimento; e na interna realizam a cooperação técnica, aprendizagem de políticas públicas e intercâmbio de informações entre membros, objetivando melhorar o planejamento e gestão pública local com a pretensão de influenciar positivamente a qualidade de vida dos cidadãos. Isto se adéqua ao que Almeida (2012, p.81) dispõe acerca da inserção na Rede Mercocidades disponibilizar uma vasta rede de contatos e informações que figuram como atrativos para estes atores em busca de experiências no âmbito internacional.

São diversos os motivos que tornam a Rede Mercocidades uma das principais oportunidades de ingresso inicial na Paradiplomacia para os atores não-centrais sul-americanos, pois trata-se de uma experiência que, como Batalla e Malmann (2015, p.127) mostram, viabiliza oportunidades para que sejam construídos laços entre os governos locais e regionais, promovendo ações conjuntas para favorecer intercâmbios econômicos, projetos do setor produtivo, projetos de infraestrutura, e aqueles que concernem a cultura e educação.

Projetos como o IN: Inovação e Coesão Social que, segundo Couto et al (2013, p.10-16), está ativo desde 2009 e visa fortalecer o âmbito local no Mercosul por meio de um programa de capacitação que envolve governos locais e organizações da sociedade civil, ganham relevância por não se tratar de uma plataforma habitual de trabalho pois, no contexto do projeto IN, torna-se necessária uma aliança entre os diversos atores que compõem a integração regional e, para que se alcancem os objetivos de gerar desenvolvimento e integrar as cidades da região, são implementadas propostas regionais capazes de beneficiar as cidades em temas como a integração produtiva, a cidadania regional e a inclusão social.

Para Ponce (2010, p.39) a participação na dinâmica da Rede e, principalmente, em uma UT proporciona uma formação política e em liderança que permite compreender a lógica das relações internacionais e da cooperação internacional, que impacta a coordenação da UT e da administração local ao influenciar a inclusão de instrumentos da rede como a cooperação internacional para uma gestão local mais eficiente e produtiva.

Carámbula (2010, p.73) alega que as cidades têm na esfera internacional um atrativo para melhorar a capacidade do governo e gestão, visão que se complementa em Batalla e Malmann (2015, p.127) quando argumentam que a Rede busca prover maior autonomia e capacidade aos atores não-centrais, para que os problemas em razão da distância entre os que formulam e aqueles que são objeto das políticas públicas sejam minimizados, e seja favorecida a busca por soluções inovadoras para problemas comuns.

Recapitulando todo o exposto anteriormente, depreende-se que desde a sua criação, a Rede Mercocidades engloba uma perspectiva multidimensional, para que os atores não-centrais possam também influenciar o Mercosul. Dotada de um instrumental abrangente, compreende um leque de estratégias diversificado e adaptável aos atores e os dilemas que permeiam suas agendas. Sua atuação expressiva consolida seu protagonismo na América do Sul e lhe rende parcerias e convênios que a favorecem. Por estes e outros motivos, a Rede Mercocidades constitui-se uma oportunidade para que os atores não-centrais sul-americanos adentrem a Paradiplomacia ou para que nela possam se aperfeiçoar.

3 O NORDESTE BRASILEIRO NA REDE MERCOCIDADES: ENTRE A PARADIPLOMACIA E O DESENVOLVIMENTO

3.1 A ATUAÇÃO DAS CIDADES DO NORDESTE BRASILEIRO NA REDE MERCOCIDADES

A Paradiplomacia no Brasil tem maior incidência nas regiões Sul e Sudeste. Aspectos históricos e geográficos e o modelo de desenvolvimento aplicado à estas regiões, lhes proporcionou maior evolução e dinamismo, o que favoreceu sua primazia quanto à atividade paradiplomática. A região Nordeste, diferentemente das regiões fronteiriças e dos grandes centros brasileiros, não foi privilegiada pelo modelo de desenvolvimento adotado em sua história recente e não detém a variável cultural como facilitadora das atividades paradiplomáticas.

Gonçalves e Araújo (2015, p.198) apresentam que em um relatório divulgado em 1950, a região Nordeste figurava como uma das mais pobres do hemisfério sul, o que impulsiona a criação de iniciativas para fomentar o desenvolvimento da região como o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O desenvolvimento tardio por que passou a região, no entanto, a manteve em retardo em determinados aspectos, o que tem despertado o interesse por fontes alternativas que possam impulsionar o desenvolvimento regional e a Paradiplomacia se apresenta como oportunidade de desenvolvimento.

A Rede Mercocidades conta com muitos municípios brasileiros dentre os que dela participam, mas este não é o caso da região Nordeste, desta somente fazem parte da Rede Mercocidades as cidades de Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista, na Bahia; Fortaleza, no Ceará; Recife e Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco; e Mossoró, no Rio Grande do Norte. Dados do *website* da Rede Mercocidades (2017) apresentam que a inserção mais antiga é a de Salvador, com entrada em 1995; seguida por Fortaleza e Recife, 1996; Mossoró em 2000; Camaçari em 2005; Vitória da Conquista em 2006 e Jaboatão dos Guararapes em 2014. Com apenas sete municípios fazendo parte da Rede Mercocidades, cabe questionar quanto às possibilidades para o futuro da região dentro da Rede que é parte do Mercosul.

3.1.1 Camaçari

A primeira Cumbre da qual Camaçari faz parte é a XI Cumbre (2005, p.3), em Santo André na qual é convidada a expor sua motivação para inserir-se na Rede e ressalta a

experiência da cidade de Santo André e a importância geral da atuação em Redes Internacionais de Cidades, alegando que Camaçari busca executar políticas públicas que minimizem os efeitos negativos atrelados ao desenvolvimento municipal. Presente na XII Cumbre (2006, p.5), é eleita uma das subcoordenadoras da UT Desenvolvimento Econômico Local.

Em 2007 ganha destaque na Rede devido a determinados projetos locais que viraram referência em políticas públicas e foram exaltados na publicação *“Políticas de integración regional: Experiencias locales exitosas en el Mercosur”*. Nesta publicação, Caetano, Silva e Gramacho (2007, p.76) discorrem sobre o projeto Mulheres Cidadãs, que propõe mobilizar e articular órgãos pertinentes para viabilizar uma melhor formação pessoal e profissional de mulheres jovens para que estas possam inserir-se no mercado de trabalho com maior facilidade; visando alcançar cerca de sete mil mulheres entre 16 e 24 anos, o projeto visa a capacitação via elevação escolar, formação pessoal, social, profissional e prestação de serviço voluntário supervisionado. Foi também citado o projeto Cidade do Saber (2007, p.82), um projeto inaugurado em 2007 que oferece à comunidade local o acesso à programas, projetos, ações e atividades de cunho educativo, cultural e esportivo para fomentar a capacitação e a valorização de expressões culturais locais.

Sem registros de participações recentes nas Atas das Reuniões de Cúpula da Rede Mercocidades, as últimas reuniões em que Camaçari se faz presente são a XIII Cumbre (2008, p.1), em Canelones; a XIV Cumbre (2009, p.9), em Rosário; e a XVI Cumbre (2011, p.), em Montevideu.

3.1.2 Salvador

A cidade de Salvador participa da I Cumbre (1995, p.2) em Assunção, Paraguai, como uma das cidades fundadoras e, nesta ocasião, é designada coordenadora da UT Cultura. Inicialmente bastante ativa, na II Cumbre (1996, p.1), em Porto Alegre, mantém a coordenação da UT Cultura e é designada uma das subcoordenadoras das unidades temáticas Ciência e Tecnologia; Desenvolvimento Urbano; Turismo; Gestão Municipal e Planejamento Estratégico; e Cooperação Internacional.

Nas Atas das Reuniões de Cúpula da Rede Mercocidades não há registros de participações recentes de Salvador, a última participação ocorrendo na III Cumbre (1997, p.1), em Montevideu, quando passa a ser uma das cidades subcoordenadoras da UT Cultura.

3.1.3 Vitória Da Conquista

No caso de Vitória da Conquista, esta não aparece em quaisquer Atas excetuando-se a VII Cumbre (2001, p.1), em Valparaíso, quando é aceita como membro postulante.

3.1.4 Fortaleza

Fortaleza dá início à sua participação na Rede Mercocidades a partir da II Cumbre (1996, p.1-2), em Porto Alegre, assumindo como uma das subcoordenadoras das unidades temáticas Cultura; Desenvolvimento Urbano; e Turismo. Volta a atuar na XIV Cumbre (2009, p.3), em Rosário, quando é eleita como membro titular do Conselho da Rede Mercocidades, este que à época é o responsável por coordenar o Grupo de Trabalho em Cooperação Descentralizada. Ainda na XIV Cumbre (2009, p.13), em Rosário, participa de uma formação em cooperação descentralizada, programa feito pelo Observatório de Cooperação Descentralizada União Europeia/América Latina para tornar os membros da Rede Mercocidades aptos à prática da cooperação descentralizada.

Fortaleza participa da 4ª Capacitação (2010) do Projeto IN, na temática Cidadania Regional. Na XV Cumbre (2010, pp.8-9), em Belo Horizonte, é novamente eleita como parte do Conselho da Rede, este que mantém a coordenação do Grupo de Trabalho em Cooperação Descentralizada. Além destas atuações, participa da XVI Cumbre (2011, p.1), em Montevideu; e da XIX Cumbre (2014, p.1), em Rosário.

3.1.5 Jaboatão Dos Guararapes

Na XIX Cumbre (2014, p.5), em Rosário, Jaboatão entra na Rede e é eleita como parte do Conselho da Rede.

Jaboatão Participa da 8ª Capacitação na Temática Integração Produtiva, Integração Fronteiriça e Cidadania MERCOSUL (2014), e segundo Sampaio (2016), é nesta capacitação que o projeto Espaço Jovem: Centro Educativo Para Jovens se desenvolve. Informações do Mapa de Projetos (2017) da Rede Mercocidades o apresentam como um projeto na temática Inclusão Social, com duração de 15 meses e que propõe a realização de 200 atividades para alcançar cerca de 80% dos jovens da região e elevar a escolarização de 70% dos jovens atendidos ao proporcionar a cerca de 1200 jovens provenientes de famílias de baixa renda uma formação de qualidade para sua profissionalização, acesso à assistência médica e psicológica, para fomentar a participação responsável da comunidade em atividades esportivas, artísticas e culturais, conscientizar jovens em temas pertinentes e, no todo, para que seja possível reduzir desigualdades sociais e viabilizar o acesso às oportunidades.

Na XX Cumbre (2015, p.9) prossegue como parte do Conselho e é eleita para compor a subcoordenação da UT Desenvolvimento Econômico Local e da Comissão de Economia Social e Solidária.

Dados do *website* da Rede Mercocidades que dispõem sobre as autoridades da Rede (2017) demonstram que Jaboaão dos Guararapes foi mantida na subcoordenação da UT Desenvolvimento Econômico Local para o período 2016-2017.

Participa da 9ª Capacitação (2016) do Projeto IN, na Temática Cooperação para a governança e a inovação. Dentre os diversos projetos apresentados na capacitação, em IN (2016), um dos três apresentados por Jaboaão dos Guararapes ganha distinção: a Incubadora Jaboaão Criativo. Como visto em Sampaio (2016), a Incubadora Jaboaão Criativo é um projeto que visa potencializar a economia criativa em Jaboaão dos Guararapes ao capacitar e fornecer consultoria para uma melhor gestão de negócios a fim de fortalecer e desenvolver setores criativos.

3.1.6 Recife

A primeira participação registrada em Ata da cidade de Recife corresponde à VIII Cumbre (2002, p.4), em Assunção, em que é eleita para subcoordenar a UT Desenvolvimento Econômico Local. Na X Cumbre (2004, p.2-3), em Buenos Aires, figura como suplente nas eleições para o conselho da Rede e é eleita para coordenar a UT Desenvolvimento Urbano e como uma das subcoordenadoras da UT Juventude. Ao participar da XI Cumbre (2005, p.6), em Santo André, mantém-se como coordenadora da UT Desenvolvimento Urbano e uma das subcoordenadoras da UT Juventude e adentra a subcoordenação da UT Gênero e Município. Na XII Cumbre (2006, p.5), em Morón, mantém-se como uma das subcoordenadoras da UT Juventude e adentra a subcoordenação da UT Planejamento Estratégico. Na XIII Cumbre (2008, p.7), em Canelones, é eleita uma das subcoordenadoras das unidades temáticas Educação e Juventude.

Recife participa da 2ª Capacitação (2009) do Projeto IN, na temática Integração Produtiva Regional com ênfase em Gênero.

Na XV Cumbre (2010, p.10), em Belo Horizonte, é eleita uma das subcoordenadoras da UT Gênero e Município. Na XVI Cumbre (2011, p.5), em Montevideu, mantém-se eleita como uma das subcoordenadoras da UT Gênero e Município e passa à subcoordenação da Comissão de Direitos Humanos. Na XVII Cumbre (2012, p.5-7), em Quilmes, é eleita parte do Conselho e como uma das subcoordenadoras da Comissão de Direitos Humanos e da UT Gênero e Município. Na XVIII Cumbre (2013, p.6), em Porto Alegre, é eleita como parte do

Conselho e mantém-se como subcoordenadora da UT Gênero e Município. Na XIX Cumbre (2014, p.5-7), em Rosário, Recife é mantida em ambos os postos como parte do Conselho e subcoordenadora da UT Gênero e município.

3.1.7 Mossoró

A primeira aparição de Mossoró em Atas das Reuniões de Cúpula corresponde à sua aceitação como membro postulante na VI Cumbre (2000, p.3). Sem atuações expressivas, somente figura na lista de participantes da IX Cumbre (2003, p.6), em Montevidéu; XI Cumbre (2005, p.1), em Santo André; e da XVI Cumbre (2011, p.1), em Montevidéu.

3.2 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A ATUAÇÃO DAS MERCOCIDADES NORDESTINAS E SEU ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

3.2.1 Sobre o indicador e sua escolha

PNUD, IPEA e FJP (2013, p.24) apresentam que o contexto de popularização da abordagem de desenvolvimento humano, como a de Sen (2000, p.3) que propõe o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais do indivíduo, representa um contraste às visões que associam o desenvolvimento ao crescimento econômico e viabiliza a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que mede o grau de desenvolvimento humano de um país e reúne três dimensões consideradas importantes para a expansão das liberdades: a oportunidade de ter uma vida longa e saudável, dimensão relacionada à saúde; o acesso ao conhecimento, dimensão relacionada à educação; e o padrão de vida, dimensão relacionada à renda.

No Brasil, segundo PNUD, IPEA e FJP (2013, p.26-27), a mensuração do IDH a nível local, o chamado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) inspira-se no IDH Global e adota as mesmas três dimensões, mas utiliza também dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e observa características inatas aos municípios para melhor adequar-se à realidade brasileira.

As três dimensões adaptadas ao uso do IDH-M são, segundo PNUD, IPEA e FJP (2013, p.28), o IDH-M Longevidade, que utiliza a expectativa de vida ao nascer; o IDH-M educação, para o qual são utilizados dados da escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem; e o IDH-M renda, que mensura dados da renda *per capita*.

O IDH-M, como visto em PNUD, IPEA e FJP (2013, p.27), reafirma o conceito de desenvolvimento com foco nos indivíduos sem adotar uma visão que preza exclusivamente

pelo crescimento econômico. Trata-se de um indicador amplo pois não se limita a um aspecto unicamente econômico, segundo Sen (2000, p.3-4) há outros determinantes para o desenvolvimento como arranjos econômicos e sociais e direitos civis e políticos; para ele, o desenvolvimento implica a remoção das fontes que impedem os indivíduos de exercer sua liberdade e este impedimento pode estar relacionado à falta de órgãos públicos e de assistência social, de unidades de saúde e educação, ou de instituições que mantenham a paz e a ordem.

Em Todaro e Smith (2012, p.16) o desenvolvimento é concebido como um processo multidimensional capaz de modificar estruturas sociais, atitudes populares e instituições nacionais, que fomenta o crescimento econômico, a redução da desigualdade, a erradicação da pobreza e que preza por estar em sintonia com as necessidades e desejos dos indivíduos e grupos sociais que compõem a sociedade, ampliando suas oportunidades e lhes permitindo satisfação material e espiritual. Concepções como esta, que descrevem o desenvolvimento abrangendo questões socioeconômicas, influenciam a CID, como pode ser visto em Alonso e Glennie (2015, p.1) quando dispõem como funções da CID o apoio e complemento aos esforços de países em desenvolvimento para prover normas sociais básicas universais que permitam aos cidadãos exercer direitos humanos fundamentais, promovendo a convergência de níveis de renda e bem-estar superiores como meio de corrigir desigualdades extremas.

Segundo Romero (2004, p.37) a CID assume uma perspectiva em que o setor público, abrangendo governos centrais e não-centrais, o setor privado e a sociedade civil devem ser integrados como atores, e para estes deve estar disponível um leque instrumental que inclua transferências técnicas, financeiras e de tecnologia, formação de recursos humanos, reforço de capacidades, desenvolvimento institucional e intercâmbio de experiências. Como pode ser visto em Kliksberg (2001, p.90-91) ao descentralizar funções, responsabilidades e recursos dá-se maior enfoque ao campo social pois o nível local, por estar mais próximo dos cidadãos, pode ajustar melhor as iniciativas em áreas como saúde, educação e na luta contra a pobreza.

Como visto nos dois capítulos anteriores, com a ascensão da Paradiplomacia é aberto um leque de possibilidades para que atores não-centrais tenham acesso às oportunidades a nível global. Os objetivos específicos são definidos por cada ator não-central com base em suas próprias prioridades. No caso do nordeste brasileiro, a Paradiplomacia pode ser instrumentalizada para o alcance do desenvolvimento. Neste sentido, a Rede Mercocidades é representada como o instrumental da Paradiplomacia. Esta Rede surge para lidar com as adversidades acentuadas pela globalização, com um enfoque que prioriza questões sociais. A dinâmica da Rede Mercocidades segue preceitos similares aos dispostos por Romero (2004,

p.23) e Kliksberg (2001, p.112), os quais apresentam que, para que alcancem um melhor desempenho na busca pelo desenvolvimento local, os gestores devem buscar alternativas e construir espaços democráticos que mobilizem as energias locais, pois o capital humano tem papel decisivo no progresso da sociedade e as estruturas de produção exigem maiores níveis de qualificação, que tem como determinante a educação e esta, por sua vez, tem seu desenvolvimento dependente de condições como a saúde.

A Rede Mercocidades é consciente da importância do indivíduo no processo de desenvolvimento, e as possibilidades de que a Paradiplomacia e sua instrumentalização nesta Rede gerem avanços para as cidades do nordeste brasileiro de forma que os ganhos de desenvolvimento ultrapassem noções de exclusividade do aspecto econômico tornam pertinente uma análise utilizando um indicador abrangente, por isto o presente trabalho opta pelo IDH-M.

3.2.2 Trajetória do IDH-M das cidades do nordeste brasileiro inseridas na Rede Mercocidades

A Rede Mercocidades foi institucionalizada em 1995 e a inserção de cidades do nordeste brasileiro transpassa desde o ano da fundação da Rede até 2014. Os dados concernentes às atuações de Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista; Fortaleza; Recife e Jaboatão dos Guararapes; e Mossoró no âmbito da Rede Mercocidades foram apresentados na subseção anterior. Como pôde ser visto, as atividades desempenhadas concernem majoritariamente à coordenação ou subcoordenação de unidades temáticas, com alguns casos em que cidades foram eleitas para o Conselho da Rede. Informações sobre cada cidade, sua inserção e atividades desempenhadas estão disponíveis na Tabela 1 abaixo:

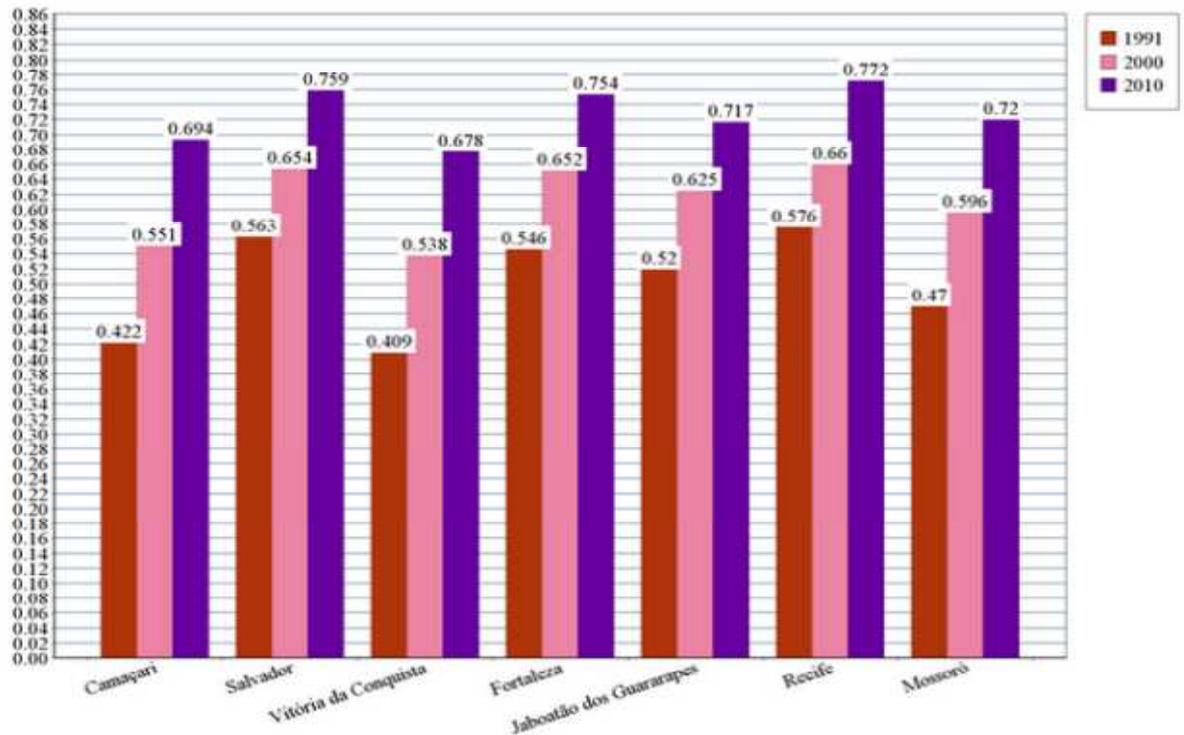
Tabela 1 – Inserção e atuação das cidades nordestinas na Rede Mercocidades

Cidade	Ano De Entrada	Coordena/Subcoordena Unidades Temáticas	Eleita para o Conselho
Camaçari	2005	1	-
Salvador	1995	8	-
Vitória da Conquista	2006	-	-
Fortaleza	1996	5	2
Jaboatão dos Guararapes	2014	3	2
Recife	1996	17	4
Mossoró	2000	-	-

FONTE: Elaboração própria com dados e documentos disponíveis no *website* da Rede Mercocidades.

Para a análise comparativa foram obtidos os dados relativos ao IDH-M dessas cidades para os anos de 1991, 2000 e 2010. Com os dados de atividades desempenhadas e o IDH-M, pretende-se verificar possível relação entre a Paradiplomacia desenvolvida por estas cidades e sua performance neste indicador de desenvolvimento. Informações do IDH-M estão disponíveis no Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 - IDHM das cidades do nordeste brasileiro inseridas na Rede Mercocidades



FONTE: Elaboração própria com dados do PNUD Brasil

Entre 1991 e 2000, o IDH-M de Camaçari obtém aumento de 0,129, que segundo o Atlas (2013) representa uma taxa de crescimento de 30,57%, com a Educação apresentando o maior nível de crescimento em termos absolutos e Longevidade e Renda a seguindo. O Atlas (2013) apresenta que entre 2000 e 2010 o IDH-M de Camaçari cresce 0,143, um crescimento de 25,95% em que, novamente, a Educação é a dimensão com maior crescimento absoluto, seguida por Longevidade e Renda. Também no Atlas (2013), vê-se que o IDH-M entre os anos 1991 e 2010 obtém um crescimento de 64,45% que reduz a distância entre o IDH-M do município e o limite máximo do índice, que é 1, em 52,94%. Como exposto na subseção que precede esta análise, Camaçari adentra a Rede no ano de 2005 e sua única atividade contabilizada corresponde ao exercício de uma subcoordenação para o período 2006-2007.

O IDH-M de Salvador para o ano de 2000 obtém um aumento de 0,091 e cresce, segundo o Atlas (2013), 16,16% em relação a 1991. Entre 2000 e 2010, o IDH-M de Salvador

é elevado em 0,105 e, como visto no Atlas (2013), representa um crescimento de 16,06%. Em relação a 1991, o IDH-M 2010 cresce 0,196, o que significa, segundo Atlas (2013), um crescimento de 34,81% que acarreta a redução da distância entre seu IDH-M e o limite máximo do índice em 55,15%. Salvador é uma das cidades fundadoras da Rede Mercocidades, estando inserida desde 1995. Nos anos iniciais, Salvador se mostrou muito ativa na dinâmica da Rede. Foram 8 exercícios, entre coordenações e subcoordenações. Com a última atuação contabilizada ocorrendo no mandato 1997-1998, depreende-se que, apesar da intensa atividade inicial, Salvador não se mostra constante em sua atuação.

Para o IDH-M 2000, Vitória da Conquista tem um aumento de 0,129 em relação ao IDH-M 1991, como visto no Atlas (2013), o aumento corresponde a 31,54%. Seu IDH-M 2010 apresenta um aumento de 0,140, segundo o Atlas (2013) o crescimento foi de 26,02%. Entre 1991 e 2010 o IDH-M soma 0,269 à mensuração de 1991. O Atlas (2013) apresenta que isto implica um crescimento de 65,77% para Vitória da Conquista ao longo desses anos, que reduz a distância entre seu IDH-M e o limite máximo do índice em 54,48%. Quanto à sua inserção na Rede Mercocidades, Vitória da Conquista adentra em 2006, mas não há indícios de que participou ativamente nesta Rede.

Como o Atlas (2013) apresenta, o IDH-M 2000 de Fortaleza apresenta-se 19,41% maior que o de 1991, com um aumento de 0,106. Entre 2000 e 2010 o aumento é de 0,102, como pode ser visto no Atlas (2013), o crescimento é de 15,64%. De 1991 a 2010, o IDH-M de Fortaleza aumenta 0,208, como apresentado no Atlas (2013), isto implica um crescimento de 38,10% e redução da distância entre o IDH-M de Fortaleza e o limite máximo do índice em 54,19%. Fortaleza se insere na Rede em 1996. Em termos de atividades exercidas, suas atuações são intervaladas e contabilizam participações em subcoordenações em 1996-1997, 2009-2010 e 2010-2011 e quando Fortaleza integra o Conselho da Rede para os mandatos 2009-2010 e 2010-2011.

Jaboatão dos Guararapes obteve em 2000 um IDH-M com aumento de 0,105 e, como disposto no Atlas (2013), cresce 20,19% em relação ao IDH-M 1991. Entre 2000 e 2010, segundo Atlas (2013), há um aumento 0,092 que configura um crescimento de 14,72%. Entre 1991 e 2010, o município eleva seu IDH-M em 0,197 e isto representa, como depreende-se em Atlas (2013), um crescimento de 37,88% que diminui a distância entre o IDH-M de Jaboaão dos Guararapes e o limite máximo do índice em 58,96%. Jaboaão é o município com a entrada mais recente no âmbito a Rede Mercocidades. Mantendo-se ativo durante os três anos que se passaram desde sua entrada foi, por dois mandatos, membro do Conselho e exerceu três subcoordenações.

Em seu IDH-M 2000, Recife tem um aumento de 0,084 em relação ao IDH-M 1991, com 14,58% de crescimento. Em 2010, eleva seu IDH-M 0,112, um crescimento de 16,97%. Entre 1991 e 2010 seu IDH-M soma 0,196, representando 34,03% de crescimento e redução de 53,77% da distância entre o IDH-M de Recife e o limite máximo do índice. Inserida na Rede Mercocidades desde 1996, Recife passa a ser mais ativa a partes dos anos 2000, exercendo desde então 2 coordenações e 15 subcoordenações, integrando o Conselho por 4 vezes. Recife é a cidade com o IDH-M mais elevado dentre as cidades envolvidas na Rede Mercocidades e, coincidentemente ou não, é também a cidade mais ativa nesta Rede.

Mossoró tem um IDH-M de 0,470 em 1991, que soma 0,126 em 2000 e Atlas (2013) cresce 26,81%. Em 2010, são somados 0,124 em relação a 2000, Atlas (2013) um crescimento de 20,81%. Considerando o Atlas (2013), vê-se que entre os anos de 1991 e 2010, o IDH-M de Mossoró cresce 53,19%, somando 0,250 ao IDH-M apresentado em 1991, e a distância entre o IDH-M de Mossoró e o limite máximo do índice diminui em 52,83%. Mossoró se insere na Rede Mercocidades em 2000, no entanto não há indícios de atividades desempenhadas por esta cidade na dinâmica da Rede.

CONCLUSÕES

Os aportes conceituais apresentam a Paradiplomacia como uma alternativa para que os atores não-centrais enfrentem desafios acentuados pelas transformações do contexto da globalização ou para que busquem o alcance de metas estabelecidas para atender objetivos específicos locais. A Paradiplomacia pode adaptar-se às necessidades do ator não-central em questão, podendo ser utilizada com o intuito de atrair investimentos e novas oportunidades para fomentar o desenvolvimento econômico; para que haja cooperação em temas como a cultura, educação e tecnologia; ou podendo, ainda, ser instrumentalizada para que se conquiste influência no campo político. Para os atores não-centrais ainda em vias de desenvolvimento, a Paradiplomacia é disposta como uma estratégia para lidar com os problemas que mantêm sua situação de subdesenvolvimento, tais como os desafios para o desenvolvimento urbano.

Dependente da influência e autonomia do ator não-central, a Paradiplomacia necessita recursos, como a disponibilidade para a inserção internacional e a estrutura para a condução das atividades por exemplo, e eles são determinantes. A disponibilidade para a Paradiplomacia deve abarcar não apenas a estrutura, responsável por definir estratégias, e que representa o ator não central. Deve haver disponibilidade também da sociedade local, daí a importância de que a estrutura seja dotada de expertise para que possa aproximar a Paradiplomacia da sociedade em questão.

Como instrumentos da Paradiplomacia, são exemplificados a atuação em foros, irmanamentos, realização de comemorações oficiais, cerimonial, e também a inserção em Redes Internacionais.

Acerca das Redes Internacionais, pode-se ressaltar suas características cooperativas, predominantemente horizontal, com vantagens e experiências compartilhadas para impulsionar a eficiência na gestão pública de atores não-centrais.

Nesta perspectiva, surge a Rede Mercocidades que se empenha em tornar os atores não-centrais parte influente do processo de integração regional. Através dos objetivos descritos, vê-se que a Rede Mercocidades propõe o estabelecimento de uma rede cooperativa, que formula políticas comuns e impulsiona a participação e a melhora da qualidade de vida dos cidadãos, abarcando áreas notadamente importantes para o desenvolvimento urbano. Possível também depreender a partir da busca por financiamentos internacionais e a promoção de relacionamentos com outras organizações internacionais que a Rede Mercocidades proporciona a seus atores não-centrais um maior contato com a cena internacional.

Da forma como foi descrita, a atuação na Rede Mercocidades assemelha-se a uma incubadora para a atuação na Paradiplomacia, pois agiria como um ambiente ideal para o desenvolvimento das competências necessárias para a ação da Paradiplomacia de forma expressiva: ao mesmo tempo em que os atores exercem posições de liderança, cooperam, partilham experiências e propõem políticas públicas para o desenvolvimento dos componentes da Rede Mercocidades; têm a possibilidade de interagir com atores diversos não integrantes da Rede, obtendo visibilidade no meio externo e consolidando uma rede de contatos para possíveis relações internacionais futuras.

Com atuações pouco numerosas, a atividade de Camaçari, Salvador, Vitória da Conquista, Fortaleza, Jabotão dos Guararapes, Recife e Mossoró parece ser, em geral, marcada por inconstâncias. Há cidades que foram muito ativas inicialmente e posteriormente sua relação para com a rede aparenta abandono; há as que atuam de forma intervalada; e aquelas que participam nominalmente, sem ações concretas. O que leva a inferir que é improvável que exista um real comprometimento dessas cidades com a Rede Mercocidades.

Durante a elaboração do presente trabalho foi possível deparar-se com diversas falhas.

Há, em geral, uma carência de dados. Para o IDH-M não há disponibilidade de dados para o período anterior a 1991 e para o período além de 2010. Uma das cidades analisadas apenas se insere na Rede em 2014, mas como o tempo de medição entre cada IDH-M é longo, não há, no momento, dados para comparar com seu desempenho anterior à Rede Mercocidades. Problemas como estes tornam difícil obter precisão ao realizar a análise.

Além disso, a própria Rede Mercocidades não parece deter controle sobre as atuações das cidades que dela fazem parte e certamente não as contabilizam. As informações existentes são escassas e não há um padrão de organização individual. Quando dispõem em seu Estatuto acerca dos objetivos das unidades temáticas e de seus grupos de trabalhos, dispõem a criação de políticas públicas comuns; a promoção da pesquisa e a divulgação de experiências, políticas públicas, eventos e missões; e a criação de um banco de dados informacional; mas, como encontrar informações relevantes e detalhadas sobre as atuações das cidades no *website* da Rede Mercocidades beira a impossibilidade, possivelmente alguns desses objetivos como o banco de dados informacional esteja em falta. A soma destes fatos impede que se saiba sobre os projetos que já foram concluídos e aqueles ainda em andamento e se foram criados na, ou por influência da, Rede Mercocidades.

Dentre os percalços também se destaca a inexistência de *accountability*, nem sequer as informações acerca do que foi feito por cidades e do que estas se propõem a fazer estão disponíveis para os cidadãos, o que faz parecer inverídica a proposta de engajamento e

diálogo com a sociedade civil. Os processos de redemocratização que culminaram na descentralização político-administrativa detinham uma forte relação com questões sociais, e é esse contexto que impulsiona a criação da Rede Mercocidades e a faz adotar o diálogo social no Mercosul como um eixo, mas na prática, não há transparência suficiente para confirmar que a Rede Mercocidades é eficaz no que se propõe a fazer.

Quanto aos dados da Paradiplomacia por parte do poder local, presume-se certa ausência de acompanhamento e de operacionalização pois, como fica perceptível, todas as cidades progrediram em seu IDH-M entre os anos de 1991 e 2010. Não há, entretanto, dados suficientes para que se possa inferir que há uma relação entre o aumento do IDH-M das cidades do nordeste e a Paradiplomacia por elas praticada, instrumentalizada na inserção na Rede Mercocidades. Supõe-se que o aumento do IDH-M relaciona-se a políticas públicas locais que obtiveram maior relevância.

Desta forma, não é possível validar a hipótese de que a inserção de cidades nordestinas na Rede Mercocidades proporciona ganhos de desenvolvimento. A impossibilidade de validar a hipótese não invalida a participação de forma ativa em processos da Paradiplomacia em geral. Como foi citado ao longo do trabalho, os recursos são determinantes para a Paradiplomacia e, por conseguinte, para que seus efeitos tenham caráter transformador. As redes, por sua vez, são fortalecidas com o maior engajamento de seus atores, não bastando apenas a entrada formal mas que haja a participação real. Os poucos dados levantados levam a crer que não há uma participação incisiva.

As falhas com que este trabalho se deparou levam a questionar se não há uma carência de recursos organizacionais para a operacionalização da Paradiplomacia do grupo de atores analisado. Assunto este, que pode vir a ser tratado em trabalhos posteriores. Afinal, não se solve um problema sem que se descubra a fonte dele. E uma vez resolvido, talvez se possa relacionar a Paradiplomacia e o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. O combate da vulnerabilidade social por intermédio do aumento do capital social. In: **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. UNESCO, BID, 2002.

ALBURQUERQUE, F. Desarrollo económico local y descentralización en América Latina. In: **Revista de la Cepal**, n.82, Abril, pp.157-171, 2004. Disponível em <<http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/10946/082157171.pdf?sequence=1>> Acesso em 20 out. 2017

ALDECOA, F. Towards Plurinational Diplomacy in the Deeper and Wider European Union (1985-2005). In: ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael (Ed.). **Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments**. Routledge. 1999.

ALMEIDA, F. C. **Os governos locais brasileiros e o Mercosul: A influência da paradiplomacia na agenda de integração regional**. Dissertação (Mestrado) - UnB, Brasília, 2012. Disponível em <repositorio.unb.br/handle/10482/11982 > Acesso em 18 out. 2017

ALONSO, J. A; GLENNIE, J. **¿Qué es la cooperación para el desarrollo?**. Informes de política para el Foro sobre Cooperación para el Desarrollo de 2016. ECOSOC, núm. 1. fev. 2015. Disponível em <<http://www.ipu.org/splz-e/nairobi16/policy-brief-sp.pdf>> Acesso em 01 nov. 2017

ARAÚJO, T. B; SANTOS, V. M. Desigualdades regionais e nordeste em formação econômica do Brasil. In: ARAÚJO, T. P; VIANNA, S. T. W; MACAMBIRA, J (Orgs.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. Disponível em <http://desafios2.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/14_cap07_Tania_Valdeci.pdf> Acesso em 20 set. 2017

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Camaçari, BA**. 2013. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/camacari_ba> Acesso em 28 out. 2017

_____. **Fortaleza, CE**. 2013. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/fortaleza_ce> Acesso em 28 out. 2017

_____. **Jaboatão dos Guararapes, PE**. 2013. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/jaboatao-dos-guararapes_pe> Acesso em 28 out. 2017

_____. **Mossoró, RN.** 2013. Disponível em
<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/mossoro_rn> Acesso em 28 out. 2017

_____. **Recife, PE.** 2013. Disponível em
<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/recife_pe> Acesso em 28 out. 2017

_____. **Salvador, BA.** 2013. Disponível em
<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/salvador_ba> Acesso em 28 out. 2017

_____. **Vitória da Conquista, BA.** 2013. Disponível em
<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/vitoria-da-conquista_ba> Acesso em 28 out. 2017

BALDWIN, D. A. The concept of security In: **Review of International Studies**, 1997. 23, 5–26. Disponível em <[http://www.princeton.edu/~dbaldwin/selected%20articles/Baldwin%20\(1997\)%20The%20Concept%20of%20Security.pdf](http://www.princeton.edu/~dbaldwin/selected%20articles/Baldwin%20(1997)%20The%20Concept%20of%20Security.pdf)> Acesso em 15 set. 2017.

BARRIOS, S. Mercociudades: una destacada referencia política y técnica del proceso de integración en nuestra región. In: **15 AÑOS DE MERCOCIUDADES**. Rosario, Santa Fe. Argentina, pp.37-39, 2010.

BATALLA, I. C; MALMANN, M. I. Mercociudades e integração regional. In: GOMES, Joséli Fiorin; CORRADI, Rodrigo de Souza (Orgs.). **Paradiplomacia em movimento: perspectivas em homenagem aos 20 anos de atuação da Rede Mercociudades**. Editora UniRitter, Porto Alegre, pp.123-134, 2015

BINNER, H. De la ciudad a la región. La experiencia de Mercociudades en sus años formativos y su contribución a la integración sudamericana. In: **15 AÑOS DE MERCOCIUDADES**. Rosario, Santa Fe. Argentina, pp.21-23, 2010.

BLYDE, J. S; FERNÁNDEZ-ARIAS, E. D. Disparities and Integration in MERCOSUR. In: BLYDE, Juan S; FERNÁNDEZ-ARIAS, Eduardo; GIORDANO, Paolo (Ed.). **Deepening integration in MERCOSUR : dealing with disparities**. Inter-American Development Bank, Washington, D.C. 2008.

BORON, A. A. Capítulo VII. La transición hacia la democracia em América Latina. In: BORON, A. A. **Estado, capitalismo y democracia em America Latina**. Colección Secretaria Ejecutiva, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina, 2003. Disponível em
<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/estado/capituloVII.pdf>> Acesso em 23 out. 2017

BRANCO, A. C. C. A paradiplomacia como forma de inserção internacional de unidades subnacionais. In: **PRISMAS: Dir., Pol.Pub. e Mundial.**, Brasília, v.4, n, 1, p 48-67, jan/jul. 2007. Disponível em <www.publicacoesacademicas.uniceub.br/prisma/article/viewFile/216/214> Acesso em 05 set. 2017.

BUZAN, B; HANSEN, L. Definindo os Estudos de Segurança Internacional. In: **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo, UNESP, 2012.

CAETANO, L.C; SILVA; J. S. A; GRAMACHO, C. O. CAMAÇARI. Mulheres Cidadãs: Preparação de cidadãs do Município do Camaçari para atuação em empreendimentos da economia solidária e inserção no mundo no trabalho. In: **Seminário Políticas de integración regional: experiencias locales exitosas en el Mercosur**. Tandil, Argentina, 2007.

CAMAGNI, R; CAPELLO, R. The City Network Paradigm: Theory and Empirical Evidence. In: CAPELLO, Roberta; NIJKAMP, Peter (Ed.). **Urban Dynamics and Growth**, CEA, vol. 266. Oxford: Elsevier. Amsterdam, 2004.

CAPELLO, R. The City Network Paradigm: Measuring Urban Network Externalities. In: **Urban Studies**. Vol. 37, No. 11, 1925–1945, 2000.

CARÁMBULA, M. Ciudades del futuro, ciudades integradas. In: **15 AÑOS DE MERCOCIUDADES**. Rosario, Santa Fe. Argentina, pp.73-75, 2010.

CARTA DE RÍO. 1p. 2007. Disponível em <http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/carta_de_rio.pdf> Acesso em 21 out. 2017

CEZÁRIO, G. L. **Atuação Global Municipal: Dimensões e Institucionalização**. Dissertação (Mestrado), UnB. Brasília, 2011. Disponível em <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10217/1/2011_GustavoDeLimaCezario.pdf> Acesso em 15 out. 2017.

CORNAGO, N. Diplomacy and Para diplomacy in the Redefinition of International Security: Dimensions of Conflict and Co-operation. In: ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael (Ed.). **Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments**. Routledge. 1999.

COUTO, M; CROVETTO, S; GOROSITO, M; RODRÍGUEZ, J; SILVEIR, K; VALDOMIR, S (COORD.). **IN: Projetando Integração**. 84p. Montevideu, 2013. Disponível em <http://www2.mercociudades.org/sursur/sites/default/files/IN_proyectando%20integraci>

%C3%B3n_publicaci%C3%B3n%20de%20cierre_PORTUGU%C3%89S.pdf> Acesso em 25 out. 2017

CUMBRE DE MERCOCIUDADES, I, 1995, Asunción. **Acta Cumbre 1995 (Asunción)**.

Disponível em

<<http://portal.mercociudades.net/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/DocumentosFundacionales/1995actaasuncion.pdf>> Acesso em 15 out. 2017

_____, II, 1996, Porto Alegre. **Acta Cumbre 1996 (Porto Alegre)**. Disponível em

<<http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/1996ActaPortoAlegre.pdf>> Acesso em 15 out. 2017

_____. III, 1997, Córdoba. **Acta Cumbre 1997 (Córdoba)**. Disponível em

<<http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/1997ActaCordoba.pdf>> Acesso em 21 out. 2017

_____. IV, 1998, Montevideo. **Acta Cumbre 1998 (Montevideo)**. Disponível em

<<http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/1998ActaMontevideo.pdf>> Acesso em 21 out. 2017

_____. V, 1999, Belo Horizonte. **Acta Cumbre 1999 (Belo Horizonte)**. Disponível em

<http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/Acta_AsambleaGeneral_Cumbre1999.pdf> Acesso em 21 out. 2017

_____. VI, 2000, Rosario. **Acta Cumbre 2000 (Rosario)**. Disponível em

<<http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/2000ActaRosario.pdf>> Acesso em 21 out. 2017

_____. VII, 2001, Valparaíso. **Acta Cumbre 2001 (Valparaíso)**. Disponível em

<<http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/2001ActaValparaiso.pdf>> Acesso em 22 out. 2017

_____. VIII, 2002, Asunción. **Acta Cumbre 2002 (Asunción)**. Disponível em

<<http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/2002ActaAsuncion.pdf>> Acesso em 22 out. 2017

_____. IX, 2003, Montevideo. **Acta Cumbre 2003 (Montevideo)**. Disponível em

<<http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/2003ActaMontevideo.pdf>> Acesso em 22 out. 2017

_____. X, 2004, Buenos Aires. **Acta Cumbre 2004 (Buenos Aires)**. Disponível em <<http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/2004ActaBuenosAires.pdf>> Acesso em 22 out. 2017

_____. XI, 2005, Santo André. **Acta Cumbre 2005 (Santo André)**. Disponível em <<http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/2005AtaSantoAndre.PDF>> Acesso em 22 out. 2017

_____. XIII, 2008, Canelones. **Acta Cumbre 2008 (Canelones)**. Disponível em <<http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/2008ActaCanelones.pdf>> Acesso em 22 out. 2017

_____. XIV, 2009, Rosario. **Informe Cumbre 2009 (Rosario)**. Disponível em <http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/informe_final_cumbre_Rosario.pdf> Acesso em 22 out. 2017

_____. XX, 2015, São Paulo. **Acta Cumbre 2015 (São Paulo)**. Disponível em <http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/Acta_20_AsambleaGeneral_nov_2015_SaoPaulo.pdf> Acesso em 22 out. 2017

DECLARACIÓN DE ASUNCIÓN. Asunción, 1995. Disponível em <<http://portal.mercociudades.net/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/DocumentosFundacionales/1995actafundacional1.pdf>> Acesso em 23 out. 2017

DÍAS, C. Unidades Temáticas. Haciendo historia. In: **15 AÑOS DE MERCOCIUDADES**. Rosario, Santa Fe. Argentina, pp.54-56, 2010.

DUCHACEK, I. D. The International Dimension of Subnational Self-Government. In: **Publius**, Vol. 14, No. 4, Federated States and International Relations (Autumn, 1984), pp. 5-31. Oxford University Press. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/3330188>> Acesso em 15 set. 2017.

ESTATUTO Y REGLAMENTO DE MERCOCIUDADES VIGENTE. 11p. 2015.

Disponível em <http://portal.mercociudades.net/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/Estatos/Estatuto_2017.pdf> Acesso em 22 out. 2017

FRÓIO, L. R. **Paradiplomacia e o impacto da alternância de governos na atuação internacional dos estados brasileiros**. Tese (doutorado) – UFPE. Recife, 2015. Disponível em <<repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14021>> Acesso em 14 set. 2017.

FRONZAGLIA, M. L. **Unidades Subnacionais: Um Estudo de Caso Sobre a Cidade de São Paulo - de 2001 a 2004**. Dissertação (Mestrado), UNICAMP. Campinas, 2005. Disponível em <<https://blogfonari.files.wordpress.com/2016/02/dissertaccca7ao-final-tese-mauricio.pdf>> Acesso em 03 out. 2017

GARESCHÉ, E. Z; CAYCEDO, P. A. A. Las redes de ciudades en el mundo actual: tejiendo lazos para la internacionalización. In: **Trabajos de Investigación en Paradiplomacia**, Año 3, Número especial. Santiago, Chile y Buenos Aires, Argentina. 2014.

GOMÀ, R; BLANCO, I. **Gobiernos locales y redes participativas : retos e innovaciones**. In: VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 2002. Disponível em <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/clad/clad0043507.pdf>> Acesso em 17 out. 2017

GONÇALVES, H. F; ARAÚJO, J. B. Evolução histórica e o quadro socioeconômico do Nordeste brasileiro nos anos 2000. In: **COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional**. Faccat. Taquara/RS. v. 12, n. 1, jan./jun. 2015. Disponível em <<https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/download/229/19>> Acesso em 05 set. 2017.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e Contras da Globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 78 p, 2001.

HOCKING, B. Patrolling the 'Frontier': Globalization, Localization and the 'Actorness' of Non-Central Governments. In: ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael (Ed.). **Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments**. Routledge. 1999.

IN distingue a tres proyectos resultantes de la Novena Capacitación Regional de Mercociudades. 2016. Disponível em <<http://www.inmercociudades.org/2016/10/in-distingue-a-tres-proyectos-resultantes-de-la-novena-capacitacion-regional-de-mercociudades/>> Acesso em 22 out. 2017

JESUS, D. S. A arte do encontro: a paradiplomacia e a internacionalização das cidades criativas. In: **Rev. Sociol. Polit.** [online]. 2017, vol.25, n.61, pp.51-76. ISSN 1678-9873. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1678-987317256104>> Acesso em 15 set. 2017.

KEATING, M. Regions and International Affairs: Motives, Opportunities and Strategies. In: **Regional & Federal Studies**. 1999, 9:1, pp.1-16. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1080/13597569908421068>> Acesso em 15 set. 2017

KLEIMAN, A. Processo de institucionalização de Mercocidades. Da REMI ao FCCR. In: **15 ANOS DE MERCOCIUDADES**. Rosario, Santa Fe. Argentina, pp.61-64, 2010.

KLIKSBURG, B. Capital social e cultura: chaves esquecidas do desenvolvimento. In: **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**. Cortez Editora. São Paulo, 2001.

_____. Como reformar o Estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?. In: **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**. Cortez Editora. São Paulo, 2001.

_____. Confrontando as realidades da América Latina: pobreza, desigualdade e deterioração da família. In: **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**. Cortez Editora. São Paulo, 2001.

KINCAID, J. Constituent Diplomacy in Federal Polities and the Nation-State: Conflict and Co-operation. In: MICHELMANN, Hans J; SOLDATOS, Panayotis (Ed.). **Federalism and International Relations: The Role Of Subnational Units**. New York, Oxford University Press Inc. 1990.

KOMNINOS, N. Innovation through collaboration: managing networks that cross boundaries. In: KOMNINOS, Nicos. **Intelligent cities and globalisation of innovation networks**. Routledge. 2008.

LECOURS, A. Political Issues of Paradiplomacy: lessons from the developed world. In: **Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael'**, Discussion Paper N° 113, The Hague, The Netherlands. 2008.

MARIANO, K. L. P; MARIANO, P. M. Governos subnacionais e integração regional: considerações teóricas. In: **Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e MERCOSUL**. EDUC, São Paulo, pp.131-160, 2005.

MARIANO, M. P; MARIANO, K. L. P. As teorias de integração regional e os Estados subnacionais. In: **Revista Impulso**, v. 13, n. 31. Piracicaba: Editora UNIMEP, maio/ago. 2002. (pp. 47-69)

MAX-NEEF, M. A. **Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexões posteriores**. Edifurb, Blumenau, 2012.

MENEGUETTI NETO, A. **Redes de cidades: cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações constitucionais e divergências**. 286f. Tese (Doutorado), PUC/RS. Porto Alegre, 2005.

MERCOCIDADES. Disponível em <<http://www.mercociudades.org/>> Acesso em 02 set. 2017

ODDONE, C. N. **La Red de Mercociudades: Globalización, integración regional y desarrollo local.** Ugarit, 2008.

ODDONE, N. La paradiplomacia desde cinco perspectivas: reflexiones teóricas para la construcción de una comunidad epistémica en América Latina. **Relaciones Internacionales**, [S.l.], v. 89, n. 2, p. 47-82, jan. 2017. ISSN 2215-4582. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/ri/article/view/9064>> Acesso em: 15 out. 2017 doi:<http://dx.doi.org/10.15359/ri.89-2.2>.

ODDONE, N. Potencialidades del Mercosur desde los gobiernos locales. In: **15 AÑOS DE MERCOCIDADES.** Rosario, Santa Fe. Argentina, pp.76-80, 2010.

PAQUIN, S. **Paradiplomatie et relations internationales: théorie des stratégies internationales des régions face à la mondialisation.** Bruxelles: Presses Interuniversitaires Européennes. 2004.

PINO, B. A. **El impulso a la Cooperación Sur – Sur en América Latina: ¿Nuevas formas de cooperación regional?.** Breviario en RRII. 2010.

PINO, B. A. Evolução histórica da cooperação Sul-Sul (CSS). In: SOUZA, André de Mello e (Org.). **Repensando a Cooperação para o Desenvolvimento.** Brasília, IPEA, 2014.

PNUD; IPEA; FJP. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro.** PNUD Brasil, Brasília, 2013. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf> Acesso em 28 out. 2017

PNUD BRASIL. **Ranking IDH-M Municípios 1991.** Disponível em <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/IDH-M-municipios-1991.html>> Acesso em 30 out. 2017

_____. **Ranking IDH-M Municípios 2000.** Disponível em <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/IDH-M-municipios-2000.html>> Acesso em 30 out. 2017

_____. **Ranking IDH-M Municípios 2010**. Disponível em <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/IDH-M-municipios-2010.html>> Acesso em 30 out. 2017

PONCE, D. Z. Una mirada desde la gestión de una Unidad Temática. In: **15 AÑOS DE MERCOCIUDADES**. Rosario, Santa Fe. Argentina, pp.37-39, 2010.

PRADO, D. F. B. **As cidades como atores nas relações internacionais: a atuação via rede**. In: I SIMPÓSIO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), 2007.

PRADO, L. C. D. Mercosul como opção estratégica de integração: notas sobre a teoria da integração e estratégias de desenvolvimento. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.18, n.1, pp.276-299, 1997.

ROMERO, M. H. Una Aproximación Contextual y Conceptual a la Cooperación Descentralizada. In: Víctor Godínez y María del Huerto Romero (Eds.), Tejiendo lazos entre territorios. **La cooperación des centralizada local Unión Europea - América Latina**. Valparaíso, Comisión Europea, 2004.

RODRIGUES, G. M. A; SALA, J. B. O Conceito de Cidadania no MERCOSUL. In: GOMES, Joséli Fiorin; CORRADI, Rodrigo de Souza (Orgs.). **Paradiplomacia em movimento: perspectivas em homenagem aos 20 anos de atuação da Rede Mercocidades**. Editora UniRitter, Porto Alegre, pp.75-88, 2015.

RODRIGUEZ, J. Se trata de una fuerza formidable, una fuerza de cambio. La fuerza de la ciudadanía. In: **15 AÑOS DE MERCOCIUDADES**. Rosario, Santa Fe. Argentina, pp.29-36, 2010.

SAMPAIO, R. **Jaboatão na 9ª Capacitação de Projetos da Rede Mercocidades**. 2016. Disponível em <<http://www.robsonsampaio.com.br/jaboatao-na-9a-capacitacao-de-projetos-da-rede-mercocidades/>> Acesso em 30 out. 2017

SEN, A. **Development as Freedom**. New York, Alfred A. Knopf, Inc, 2000.

TAVARES, R. **Paradiplomacy: Cities and States as Global Players**. New York. Oxford University Press, 2016.

TODARO, M. P; SMITH, S. C. **Economic Development**. 11th ed. Addison-Wesley, 2012.

YAHN FILHO, A. G. Análise Teórico-conceitual da Participação dos Atores Subnacionais nas Relações Internacionais In: **Relações Internacionais e Atores Subnacionais: região metropolitana de Campinas**. Ed. Alinea. 2013.